

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Cel Inf MARCOS GOMES PAULINO

**O FORO DE SÃO PAULO E AS SUAS INFLUÊNCIAS NO
BRASIL**



Rio de Janeiro

2018

Cel Inf **MARCOS GOMES PAULINO**

O FORO DE SÃO PAULO E AS SUAS INFLUÊNCIAS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Art R1 **ROGÉRIO DE AMORIM GONÇALVES**

P328f Paulino, Marcos Gomes

O Foro de São Paulo e as suas Influências no Brasil. /
Marcos Gomes Paulino. 2018.
63 f.; 30 cm.

Orientação: **Rogério** de Amorim Gonçalves
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Política, Estratégia e Alta Administração Militar) —
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio
de Janeiro, 2018.
Bibliografia: fl 60-63.

1. FSP. 2. PT. 3. FARC. 4. Lula 5. Dilma. 6.
ITAMARATY. 6. Influências Políticas, Econômicas e
Militares. I. Título.

CDD 320

Rio de Janeiro
2018
Cel Inf MARCOS GOMES **PAULINO**

O FORO DE SÃO PAULO E AS SUAS INFLUÊNCIAS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Especialista em Política, Estratégia e Alta
Administração Militar.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA

ROGÉRIO DE AMORIM GONÇALVES - Cel Art R1 - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

FERNANDO LUIZ VELASCO GOMES – Cel Art R1 - 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

RAPHAEL MOREIRA DO NASCIMENTO – Cel QMB R1 – 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À Deus por ter me dado saúde e humildade para executar esta tarefa e a minha amada esposa Jaci Leni e meus filhos Pedro Henrique e João Gabriel, pelo apoio e compreensão durante a execução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Cel Art R1 **ROGÉRIO**, meus sinceros agradecimentos pela dedicação e paciência durante a elaboração deste trabalho. Agradeço pela orientação firme e objetiva, bem como pelas sugestões que facilitaram a conclusão deste trabalho.

À Deus e a todos meus amigos que me ajudaram nesta tarefa.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso apresenta, dentro do contexto histórico, a criação do Foro de São Paulo (FSP) e as influências que esta entidade exerceu no Brasil, durante os governos dos Presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, nas expressões política, econômica e militar. Além disso, procurou identificar o processo de criação do FSP, bem como as articulações com o Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil e grupos terroristas. Por meio de uma análise de livros, atores e de diversos artigos científicos e trabalhos das mais variadas áreas, foi feita uma análise da política externa brasileira no período delimitado (2002 a 2016), com ênfase nas ligações do Itamaraty com o FSP. Dentro desse contexto, enfatizaram-se as ligações desta entidade com o Fórum Social Mundial (FSM), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC). Na expressão econômica, foram levantados os investimentos feitos pelo Brasil, especialmente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), em países integrantes do FSP. Na expressão militar, abordou-se a tentativa de criação do Conselho Sul-Americano de Defesa.

Palavras-chave: Lula, Dilma, Política, Econômica e Militar.

RESEÑA

Este trabajo de conclusión de curso presenta, dentro del contexto histórico, la creación del Foro de São Paulo (FSP) y las influencias que esta entidad ejerció en Brasil, durante los gobiernos de los Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva y Dilma Rousseff, en las expresiones políticas, económica y militar. Además, buscó identificar el proceso de creación del FSP, así como las articulaciones con el Partido de los Trabajadores (PT) de Brasil y grupos terroristas. Por medio de un análisis de libros, actores y de diversos artículos científicos y trabajos de las más variadas áreas, se hizo un análisis de la política exterior brasileña en el período delimitado (2002 a 2016), con énfasis en las conexiones del Itamaraty con el FSP. En ese contexto, se enfatizaron los vínculos de esta entidad con el Foro Social Mundial (FSM), Mercado Común del Sur (Mercosur), Unión de las Naciones Sudamericanas (UNASUR) y Comunidad de Estados Latinoamericanos (CELAC). En la expresión económica, se levantaron las inversiones realizadas por Brasil, especialmente con recursos del Banco Nacional de Desarrollo Económico (BNDES), en países integrantes del FSP. En la expresión militar, se abordó el intento de creación del Consejo Sudamericano de Defensa.

Palabras clave: Lula, Dilma, Política, Económica y Militar.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	PROBLEMA	12
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	Objetivo Geral.....	12
1.2.2	<i>Objetivos Específicos</i>	12
1.3	JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA.....	12
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO FSP.....	14
2.2	O PT E SUA POLÍTICA EXTERNA.....	17
2.3	O FSP E AS ARTICULAÇÕES DE LULA.....	19
2.4	AS LIGAÇÕES DO FSP COM GRUPOS TERRORISTAS	22
2.5	OS FINANCIAMENTOS DOS GOVERNOS DO PT	24
3.	METODOLOGIA.....	26
3.1	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	26
3.2	CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.....	26
3.3	LIMITAÇÃO DO MÉTODO.....	26
4.	AS INFLUÊNCIAS POLÍTICAS DO FSP NO BRASIL.....	28
4.1	GENERALIDADES	28
4.2	O FSP E O ITAMARATY	28
4.3	INDIFERENÇAS ÀS AÇÕES DAS FARC	30
4.4	FORMAÇÃO POLÍTICA	32
4.5	COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE	33
4.6	O FSP E A ATUAÇÃO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA.....	34
4.7	AS SURCUSAIS DO FSP.....	39
4.7.1	Fórum Social Mundial (FSM).....	39
4.7.2	Mercado Comum do Sul (Mercosul).....	43
4.7.3	União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)	45
4.7.4	Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC)	48
5.	AS INFLUÊNCIAS DO FSP NA ECONOMIA E NO CAMPO MILITAR DO BRASIL.....	50
5.1	AS INFLUÊNCIAS NA ECONOMIA	50
5.2	AS INFLUÊNCIAS NO CAMPO MILITAR.....	52

5.2.1	Criação do Conselho Sul-Americano de Defesa	52
5.2.2	Conselho Sul-Americano de Defesa: a serviço de quem?	52
6.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	62

1. INTRODUÇÃO

O Foro de São Paulo (FSP) é uma entidade criada, em julho de 1990, pelo Presidente de Cuba, Fidel Castro; o candidato derrotado nas eleições presidenciais do Brasil de 1989, Luís Inácio Lula da Silva; e Carlos Alberto Libânio Christo, também conhecido como Frei Betto. (SALGUEIRO, 2016)

Naquela época, Cuba estava em situação crítica, pois tinha perdido o apoio da Rússia. As finanças cubanas estavam arruinadas e a miséria aumentava sem controle. Com isso, Fidel necessitava encontrar novos parceiros, a fim de financiar a economia daquele país caribenho.

O primeiro encontro foi na cidade de São Paulo, no período de 02 a 04 de julho de 1990, e conseguiu reunir 48 partidos e organizações que representavam diversas experiências e matrizes político-ideológicas de todo o continente latino-americano e Caribe. Conforme Salgueiro (2016), “a declaração de São Paulo deixou claro que os ideais dos participantes eram de esquerda, socialista, democráticos, populares e anti-imperialistas”.

Do Brasil, participaram do 1º encontro o PT (Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980), PC do B (Partido Comunista do Brasil, fundado em 1962) e o PSB (Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1947).

O segundo encontro, marcado para o ano seguinte no México, seguia sem definição do nome. Alguns queriam chamá-lo de “Encontro de Partidos e Organizações Democráticas e Populares da América Latina e do Caribe”, mas não vingou. Então, o Comitê Organizador pediu a Lula e Cuauhtémoc Cardenas, anfitrião do encontro no México, que conversassem com os dirigentes e, no final, esse “agrupamento” político passou a chamar-se oficialmente de “Foro de São Paulo”, por ter sido nessa cidade brasileira que a organização nasceu. (SALGUEIRO, 2016)

O objetivo de Fidel Castro com esse grupo de organizações era reconquistar, na América Latina, o que foi perdido no Leste Europeu com o fim da União Soviética. Sem o apoio e respaldo da Rússia, Fidel planejou criar uma versão Latino-americana da URSS no nosso continente. Por ter sido esse primeiro encontro realizado na capital paulista, passou a ser conhecido posteriormente como “Foro de São Paulo”.

Desde então, o Foro acontece anualmente, sendo que não se realizou apenas em cinco ocasiões: 1994, 1999, 2003, 2004 e 2006. Dentro do movimento, há um Grupo de Trabalho (GT), considerado o coração e cérebro do FSP, que se reúne uma ou duas

vezes ao ano, com objetivo de traçar as metas para os encontros anuais do Foro. (SALGUEIRO, 2016)

Nesta pauta, se define quem vai ser apoiado numa campanha política, as reivindicações que devem ser feitas, quais movimentos devem ser defendidos ou fortalecidos, dentre outros assuntos.

Nas reuniões do GT, é elaborada uma “Carta de Intenções”, que é apresentada no encontro geral e anual, onde é definida a Resolução Final, com determinações a serem cumpridas em várias frentes por toda a América Latina. (SALGUEIRO, 2016)

Oficialmente, o FSP tem por objetivo discutir alternativas às políticas dominantes na América Latina, chamadas de "neoliberais", bem como promover a integração latino-americana no âmbito econômico, político e cultural. (ZAMBONI, 2008)

O FSP é alvo de diversas críticas, geralmente vindas da direita, que denuncia a falta de transparência das atividades do grupo e que o mesmo seria uma organização que visa o controle supranacional da política, ferindo a soberania dos países e integrando a América Latina sob uma ideologia socialista. Ligações do Foro com o narcotráfico e grupos terroristas como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) também são denunciadas.

Dentro do enfoque da importância do PT brasileiro na criação e manutenção do FSP, esse trabalho tem por objetivo descrever o FSP e colocar em debate um tema de grande relevância que é a reunião da esquerda da América Latina em uma organização que congrega partidos políticos, movimentos sociais e grupos que combatem governos democráticos pela via armada. Tudo com a finalidade de analisar as influências dessa entidade no Brasil.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do cenário apresentado, observa-se que o PT teve significativa participação na criação do FSP, bem como é responsável pela manutenção desta entidade. Sendo assim, surge a problemática da pesquisa que ora se apresenta:

Em que medida o FSP influenciou os Governos de Lula e Dilma no Brasil?

Sob esse prisma, a pesquisa torna-se relevante, uma vez que, no período de 2002 a 2016, durante os Governos de Lula e Dilma, torna-se difícil diferenciar as ações do Governo Federal e os objetivos partidários do PT. Sendo assim, mediante o estudo mais apurado do FSP, presume-se que a resposta do problema em questão permitirá o melhor entendimento do assunto.

1.2. OBJETIVOS

Os objetivos a seguir apresentados nortearam o estudo do tema. Os objetivos específicos identificaram e detalharam as ações realizadas e as diferentes etapas da pesquisa realizada. Sua integração contribui para a consecução do objetivo geral, finalidade principal da investigação.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as influências do FSP no Brasil, durante os Governos dos Presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste trabalho, foram delimitados objetivos específicos, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo, os quais foram assim elencados:

- identificar o processo de criação do FSP, bem como as suas articulações com o PT do Brasil e com grupos terroristas;
- identificar as influências do FSP na política externa do Brasil; e
- Identificar as influências do FSP nas expressões econômica e militar do Brasil.

1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O presente trabalho apoiou-se nos seguintes aspectos:

- o FSP ainda é uma entidade pouco conhecida no Brasil. Contudo, acompanhando a conjuntura latino-americana, verifica-se que muitos eventos que ocorreram no maior país da América Latina, recentemente, poderiam ser explicados pelas relações externas brasileiras, tendo o PT como grande articulador junto àquela entidade;

- sendo Lula uma das maiores lideranças do FSP, seria possível afirmar que a política externa, a economia brasileira e o campo militar, durante os Governos do PT, teriam atuado de forma sincronizada com àquela entidade;

- os investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) no exterior, durante os Governos Lula e Dilma, tiveram um incremento de mais de 214%, saltando de R\$ 9,9 bilhões (0,4% do PIB) para R\$ 414 bilhões (8,4% do PIB). Contudo, estes recursos teriam financiados portos, estradas e ferrovias em diversos países ao

redor do mundo, com ênfase para os países pertencentes ao FSP. Estes financiamentos poderiam ter um viés político-partidário, em detrimento ao interesse desenvolvimentista do Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO FSP

Criado em 1990, após a derrota de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 1989, o FSP originou-se da articulação entre os líderes do PT e do Partido Comunista Cubano.

Fidel Castro já havia visitado o Brasil e fez-se amigo de Frei Betto. Diante das preocupações financeiras e ideológicas do ditador cubano, Betto vai a Cuba com um convidado e lá apresenta a Fidel seu amigo Lula, naquela ocasião líder sindical do ABC paulista e presidente do recém-criado e ainda desacreditado PT. (SALGUERO, 2016)

Observa-se que, dessa visita, muito frutífera para eles, Fidel resolve descongelar a falida Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) e propõe um novo encontro para recuperar na América Latina o que perdeu-se no Leste Europeu.

Naquela altura, talvez só Fidel Castro, raposa velha e matreira, imaginava que esse encontro não seria apenas uma reunião casual como tantas já havidas anteriormente. Neste enfoque, Salgueiro (2016) destaca que “o encontro teria continuidade e selaria o futuro das Américas, se estabelecendo como uma mega organização que garantisse, não só a sobrevivência do comunismo, como também a sua própria”.

Sagaz e astuto, Fidel escolheu LULA não por seus conhecimentos, mas por perceber sua capacidade de aglutinar, de lidar com as massas tão necessárias e manipuláveis para dar robustez aos seus planos.

Foi então que o PT, junto com o Partido Comunista Cubano, convocou seus aliados para o Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e Caribe, que ocorreria entre os dias 2 e 4 de julho de 1990, no Hotel Danúbio (hoje extinto) em São Paulo capital. De acordo com Salgueiro (2016), “a esse encontro compareceram 48 delegações de 14 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba, El Salvador, Equador, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela”.

Conforme Pomar, Regalado (2013), “procurou-se convocar o maior número de agremiações políticas esquerdistas da América-Latina e do Caribe, com o propósito de debater a inserção internacional da região, em um momento marcado por sua redemocratização que levou ao poder dirigentes alinhados ao receituário do Consenso de Washington”.

Sendo assim, procurou-se debater o enfraquecimento do bloco comunista internacional, decorrente da emergência da nova ordem internacional caracterizada pela

supremacia dos valores ocidentais capitaneados pela suposta benigna hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA).

Como resultado da reunião na capital paulista, foi confeccionada a Declaração de São Paulo, que deixou claro que os ideais dos participantes eram de esquerda, socialistas, democráticos, populares e anti-imperialista. Além do embargo norte-americano à Cuba, os temas abordados foram:

Primeiro, as alterações na ordem internacional e seu significado para a América Latina e o Caribe, subdividido para tratar, por uma parte, as mudanças no sistema capitalista mundial e o impacto da ofensiva neoliberal e, por outra, a crise do chamado socialismo real; segundo, o balanço das lutas pela democracia e o socialismo no continente; e terceiro, os problemas estratégicos da luta pelo socialismo. (REGALADO, ROBERTO, 2008)

O primeiro veículo de comunicação criado para divulgar o FSP foi a revista “*América Libre*”, criada em 1992 por Frei Betto, que é editada em português e espanhol na Argentina. Foi lançada no seminário comemorativo do 65º aniversário de nascimento de Che Guevara, realizado em Rosário, Argentina. É uma revista com periodicidade quadrimestral.

De acordo Zamboni (2008), “já no primeiro número da ‘*América Libre*’, Frei Beto escreveu um artigo cujo tema era: é preciso não ceder à ingênua pretensão de fazer a revolução pelo voto”.

Nessa edição, o cubano Fernando Martinez Heredia, pertencente ao Departamento América (Órgão de Inteligência do Comitê Central do Partido Comunista Cubano), membro do Conselho de Redação, escreveu que “reforma e revolução, e não reforma ou revolução, tem que ser a palavra de ordem”. (ZAMBONI,2008)

Segundo Salgueiro (2016), “a publicação está dividida em sessões que enfocam artigos, entrevistas, eventos e histórias, tudo de acordo com a visão dos organizadores, não necessariamente a realidade”. De uma forma geral, a revista “*América Libre*” tem o objetivo de difundir o pensamento e as deliberações dos Encontros, no qual se incluem realizar seminários, oficinas, debates, comemorar datas importantes, etc.

Conforme divulgado no Site oficial da Internet do FSP (<http://forodesaopaulo.org/partidos>), “atualmente, mais de 100 (cem) partidos e organizações políticas de 20 países latino-americanos participam dos encontros”. Assim, comprova-se o crescimento desta entidade.

Dessas organizações e partidos, os que têm maior peso e influência no FSP são, pela ordem, o Partido Comunista Cubano, o PT, a Frente Ampla do Uruguai e o Partido Revolução Democrática do México.

No caso do Brasil, os partidos Democrático Trabalhista (PDT), Comunista do Brasil (PCdoB), Comunista Brasileiro (PCB), Pátria Livre, Popular Socialista (PPS), Socialista Brasileiro (PSB) e dos Trabalhadores (PT) estão filiados ao FSP. (SALGUEIRO, 2016)

As posições políticas dos partidos componentes do FSP variam dentro de um largo espectro. Segundo Salgueiro (2016), “inclui partidos socialdemocratas; extrema-esquerda; organizações comunitárias, sindicais e sociais; esquerda cristã, grupos étnicos e ambientalistas; organizações nacionalistas; e, na sua grande maioria, partidos comunistas.

Durante os 27 anos de existência do FSP, não houve encontros em cinco ocasiões: 1994, 1999, 2003, 2004 e 2006. Sobre as não realizações nestas datas, Salgueiro (2016) explica da seguinte forma:

As razões para tal nunca foram expostas no site e certamente só o núcleo duro da mega-organização sabe os motivos. A propósito disso, sempre afirmei que nem tudo o que se discutia nos Encontros estaria acessível ao público através do site, mesmo à militância dos partidos e organizações-membros, mas era restrito a um grupo seletíssimo que chamo de “núcleo duro” onde, naturalmente, encontram-se o PT e o PC cubano. (SALGUEIRO, 2016)

Com isso, o “núcleo duro” acima referenciado por Salgueiro (2016), pode ser explicado pelo cubano Regalado (2008):

Neste livro não há “revelações” dos “segredos” do Foro, nem “denúncias públicas” das atitudes de uma ou outra pessoa ou força política, embora devo confessar que, ao repassar alguns fatos, tive a tentação de fazê-lo. Entretanto, consegui vencê-la e espero que o resultado seja um texto que aporta toda a informação necessária para fundamentar suas conclusões, e no qual se omitem os elementos desimportantes que podem afetar pessoas ou forças políticas que, à margem das diferenças ideológicas que tenhamos, merecem – como merecem todos – um trato ético. (REGALADO, 2008)

Sendo assim, o que foi publicado no livro já passou por um filtro rigoroso, de modo que as decisões mais importantes e secretas não sejam conhecidas das pessoas comuns – e até inimigas – que queiram ler a obra.

Como órgão coordenador executivo do FSP, o Grupo de Trabalho (GT) se reúne, a cada três meses, para estabelecer as metas, prepara a pauta para o encontro seguinte, emitir notas de apoio, etc. De acordo com Salgueiro (2016), “esse GT é reorganizado a cada plenário do Foro com base na proposta apresentada pelo GT anterior, após um processo de consulta com os membros do Foro, sendo o partido ou movimento anfitrião

do próximo encontro um participante obrigatório”. Ressalta-se que, embora haja um rodízio nos participantes do GT, o PT sempre está presente em todos.

Foi o GT que elaborou o Projeto Normas para o Funcionamento do GT. De acordo com Pomar, Valter e Regalo, Robert (2013), “são membros do FSP os movimentos e partidos políticos da América Latina e Caribe que aderissem e apoiassem as resoluções dos Encontros, e contribuíssem à unidade dos povos da América Latina e Caribe”.

É tão rigorosa a seleção daqueles que serão admitidos como membros da organização que, segundo Palmar (2014), “as normas do Foro, normas que nos permitiram chegar inteiros até aqui, estabelecem que, para que uma organização ingresse, é necessário o consenso de todos os partidos nacionais, depois o consenso do Grupo de Trabalho e depois o consenso da Assembleia do Povo”.

Existindo normas, consenso e um filtro tão rigoroso e praticamente unânime para a admissão de um novo membro na organização, é porque ela é muito mais do que uma simples reunião de pessoas que pretendem discutir política e trocar opiniões entre pessoas com as mesmas ideias, como ocorrem em seminários e congressos!

Ressalta-se que o FSP não é uma frente política destinada a propor ações comuns. Logo a partir do II Encontro, realizado no México em junho de 1991, precedido, como sempre, de uma reunião preparatória do GT, realizada naquele país em março desse mesmo ano, foi definido, conforme destacado em Zamboni (2008), “que as decisões adotadas pelas plenárias e constantes das declarações finais passariam, a partir de então, a serem consideradas deliberativas, isto é, decisórias em termos de aceitação e cumprimento pelas organizações e partidos participantes”.

Com isso, passou a determinar aos participantes dos Encontros as ações a serem desenvolvida em nível internacional e nos respectivos países.

O FSP teve seu apogeu entre os anos de 2003 e 2010. Nesse período, de acordo com Salgueiro (2016), “elegeu 15 presidentes, modificou constituições, fez acordos e patrocinou ditaduras no Oriente Médio e África, elevou a ditadura dos Castros a um patamar nunca antes imaginado”.

2.2 O PT E SUA POLÍTICA EXTERNA

Em janeiro de 2003, após três tentativas sucessivas, Lula assumiu a Presidência do Brasil. Oriundo de uma família pobre, cujos membros migraram do paupérrimo nordeste brasileiro em direção a São Paulo, o mais importante centro econômico-financeiro da América do Sul, o recém-eleito presidente, conforme Pomar (2013), “trazia

consigo sua vasta experiência política – forjada no bojo da interação entre sindicalistas, intelectuais, políticos e religiosos, com o intuito de criar o primeiro partido organicamente trabalhista do Brasil”.

O ingresso, ao Palácio do Planalto, de um partido tradicionalmente mais à esquerda do espectro político trazia importantes expectativas de mudança. Segundo Mesquita (2013) “o PT portava consigo um novo projeto baseado no crescimento econômico aliado à distribuição de renda e à justiça social”.

Já no campo internacional, o Partido trouxe também diferentes perspectivas a respeito da inserção internacional brasileira. Nesta ótica, Mesquita (2013) afirma que, “desde o início da década de 1990, a Secretaria de Relações Internacionais do PT vinha se articulando internacionalmente com diferentes partidos políticos latino-americanos por meio do FSP”.

À luz do estudo de Figueira (2010), responsável pelo mapeamento das principais unidades decisórias da política externa brasileira, “a pesquisa a respeito da interação entre o PT e chancelaria deve colocar em evidência as figuras mais importantes da hierarquia do serviço externo brasileiro e da Presidência da República relacionadas aos assuntos internacionais”.

Sendo assim, principalmente durante o Governo de Lula da Silva, conforme Ruivo, Almeida e Toledo (2016), “torna-se primordial a análise da atuação do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; de Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; e do Assessor Especial para Assuntos Internacional da Presidência da República Marco Aurélio Garcia (MAG)”. Dentro desta análise, deve-se destacar a grande vinculação dos três com o PT.

Nesse sentido, não só os principais nomes responsáveis pela política externa possuíam vínculos partidários, conforme o próprio Assessor Internacional do PT durante o Governo de Lula, o historiador Valter Pomar, aponta essas personagens como mediadoras da política externa, ao afirma que:

A existência, no Itamaraty, de uma corrente nacionalista, desenvolvimentista e pró-integração regional, cujas principais lideranças são exatamente o chanceler Celso Amorim e o secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães, aliado também à militância internacionalista do PT e do presidente Lula, expressa na criação de uma assessoria especial do presidente da República encabeçada por Marco Aurélio Garcia, contribuíram na execução do projeto de política externa lulista (POMAR, apud MESQUITA, 2013).

MAG foi o homem todo poderoso, o cérebro por trás do PT no FSP. Esteve no Foro desde a sua fundação. Junto com Lula e Fidel, articulou todas as relações exteriores do

PT. De acordo com Salgueiro (2016), “embora tenha tido o pomposo cargo de Assessor Especial da Presidência do Brasil para Assuntos Internacionais, seu verdadeiro cargo foi de Chanceler do Itamaraty de fato, não de direito”. Sendo assim, ele foi a figura invisível, onisciente e onipresente que conduziu todos os movimentos do PT-FSP desde a criação de ambos.

Segundo Salgueiro (2016), para que se tenha uma ideia da importância de MAG, tanto no FSP como no Partido-Estado (PT), transcrevo parte de uma entrevista que ele deu em 2011 ao jornal O Estado de São Paulo:

Há rumores de que, com a transição entre Lula e Dilma, o senhor perdeu espaço no Governo.

Meu gabinete continua do mesmo tamanho (risos). Em novembro, havia um movimento quase consensual para que eu substituísse o ex-presidente argentino Nestor Kirchner como Secretário-Geral da UNASUL. Vários governos haviam se manifestado nessa direção. Como a eleição (de Dilma) já havia ocorrido, eu expus a situação à presidente. Ela me pediu que eu continuasse como assessor de política externa. Eu aceitei e aproveitei para solicitar uma estrutura maior. A presidente esteve de acordo.

Em decorrência da influência do PT junto à chancelaria, a política externa conduzida pela Presidência logo passou a sofrer críticas a respeito de um suposto componente ideológico-partidário no processo de sua operacionalização. Conforme Mesquita (2013), “entre seus maiores críticos, encontravam-se personagens estreitamente relacionadas à diplomacia do anterior Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como o ex-chanceler Celso Lafer e os embaixadores Rubens Barbosa e Paulo Roberto de Almeida”.

2.3 O FSP E AS ARTICULAÇÕES DE LULA

No ano de 2002, durante a campanha das eleições presidenciais, ocorreram muitos comentários na imprensa a respeito de possíveis apoios de grupos terroristas e governos comunistas ao candidato Lula. De acordo com Zamboni (2008), “as declarações de Constantine Menges, analista político já falecido, indicam os comprometimentos do PT, e portanto do candidato Lula, não só com as FARC colombianas e Chávez, mas também com Fidel Castro e toda a esquerda revolucionária latino-americana, através do FSP”.

Depois de eleito em 2002, Lula, ainda que de forma velada, continuou trabalhando pelo crescimento do FSP, conforme denunciado por Olavo de Carvalho:

Ele, Luiz Inácio Lula da Silva, ao mesmo tempo em que pro forma abandonava seu cargo de presidente do Foro de São Paulo, dando a impressão de que estava livre para governar o Brasil sem compromissos com alianças estrangeiras mal explicadas, continuou trabalhando clandestinamente para o Foro, ajudando, por exemplo, a produzir os resultados do plebiscito venezuelano de 15 de agosto

de 2004 (graças a essa relação foi possível construirmos a consolidação do que aconteceu na Venezuela), sem dar a menor satisfação disso a seus eleitores. (CARVALHO; MOURA, 2013)

A declaração acima caracteriza o apoio total que Lula deu à reeleição de Chavez em 2005. Sendo assim, deixou muitos boquiabertos, pois todos estavam convencidos de que o mandatário brasileiro, de comportamento aparentemente democrático e moderado, aproveitaria a ocasião de seu segundo mandato para distanciar-se do regime venezuelano.

O discurso presidencial de 2 de julho de 2005, pronunciado na celebração dos 15 anos de existência do Foro (XII Encontro) e reproduzido no site oficial do governo, retrata claramente a ligação de Lula com o FSP, conforme se segue:

O companheiro Marco Aurélio tem exercido uma função extraordinária nesse trabalho de consolidação daquilo que começamos em 1990;

...

E eu quero dizer Aurélio, ou pela imprensa, de que um companheiro do Foro de São Paulo foi eleito presidente da Assembleia, foi eleito prefeito de uma cidade, foi eleito deputado federal, senador.

...

Foi assim que nós pudemos atuar junto a outros países com os nossos companheiros do movimento social, dos partidos daqueles países, do movimento sindical, **sempre utilizando a relação construída no Foro de São Paulo para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política.**

...

Hoje somos um continente em que a esquerda deu definitivamente um passo extraordinário: que é plenamente possível pela via democrática chegar ao poder e exercê-lo. Precisei chegar à presidência da república para descobrir o quão importante foi criar o FSP.

...

Por isso, meu companheiro, minhas companheiras, saio daqui para Brasília com a consciência tranquila de que **esse filho nosso, de quinze anos de idade, chamado Foro de São Paulo, já adquiriu maturidade, já se transformou num adulto sábio.** (...) Logo, logo, **vamos ter que trazer os companheiros de países africanos para participarem do nosso movimento (...).** (DA SILVA, 2005)

Sendo assim, Lula admite, nos trechos acima, que O FSP é uma entidade secreta e que participou ativamente desde o começo e de todos os encontros. Além do que essa entidade se envolveu ativamente na política interna de várias nações latino-americanas, tomando decisões e determinando o rumo dos acontecimentos, à margem de toda fiscalização de governos, parlamentos, justiça e opinião pública.

Além do que fica evidente que o então Presidente brasileiro claramente exalta a atuação de Marco Aurélio Garcia, Ministro da Secretaria de Governo dos dois mandatos de Lula. Neste sentido, Carvalho; Moura (2013) ressaltam que “Lula continuou atuante no comando da entidade por intermédio de seu ministro”.

Ainda no discurso de Lula por ocasião do XII Encontro do Foro, o presidente brasileiro admitiu que, graças a essa organização, Chávez pôde consolidar-se no poder durante a crise do Referendo Revocatório que o presidente da Venezuela era submetido. Dentro desse contexto, Azevedo (2008) reforça que Lula “é fundador de uma entidade internacional chamada Foro de São Paulo, que tem como sócios tanto o PT como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)”.

Embora manifestando claramente a aproximação do Governo com o FSP, Lula tentava ludibriar conscientemente a opinião pública, mantendo-a na ignorância das operações do FSP, conforme ele mesmo agia:

...as vésperas da eleição, amedrontado pelas minhas constantes denúncias a respeito dessa entidade, mandou seu “assessor para assuntos internacionais”, Giancarlo Summa, acalmar os jornais por meio de uma nota oficial do PT, segundo a qual o Foro era apenas um inocente clube de debates, sem nenhuma atuação política. (CARVALHO; MOURA, 2013)

Contudo, no XIX Encontro do Foro que ocorreu no Brasil em 2013, Lula deixa claro que o PT é a peça principal da articulação entre os países integrantes do FSP no processo de integração. Sendo assim, Salgueiro (2016) destaca que “Lula chama o PT de ‘animadores do processo’, e cita a falta que Chávez faz, pois os dois juntos davam suporte e sustentação para a criação desse processo”.

O “Plan de Acción” aprovado e publicado nas atas do Encontro acima, ocorrido em São Paulo, confirma e reforça o pacto estratégico e o compromisso solidários estabelecidos 23 anos atrás. Nessa assertiva, Carvalho; Moura (2013) afirmam que “os efeitos práticos dessa solidariedade política ficam claros quando observamos a submissão do governo petista às diretrizes do FSP, em detrimento dos interesses nacionais”.

Atualmente, o FSP já tem mais de 27 anos de existência e ainda permanece desconhecido pela grande maioria dos brasileiros. Limitando-se a alguns jornalistas e estudiosos a se pronunciarem sobre o tema. Neste aspecto, o analista político Felipe Moura Brasil divulgou que:

Por quase duas décadas, os jornais e supostos opositores brasileiros esconderam do grande público a existência do Foro de São Paulo, descoberto pelo advogado paulista José Carlos Graça Wagner, que o denunciou publicamente em 1º de setembro de 1997, e não faltou quem rotulasse seus denunciadores como “teóricos da conspiração”. De uns anos para cá, quando o Foro já tinha feito e desfeito governos em toda a América Latina, elegendo presidentes dos países do continente cerca de 15 membros da organização, seu nome começou a aparecer aqui e ali em reportagens, como se o Foro fosse apenas uma entidade como outra qualquer. (MOURA BRASIL, 2014)

Por outro lado, a mídia brasileira, sistematicamente omitiu informações sobre o FSP. A grande dúvida que fica é se a indiferença sobre este tema é resultado da proverbial falta de capacidade analítica dos jornalistas brasileiros – que não conseguem ou não querem escrever nada que vá além de fofocas, análises rasteiras ou que favoreçam o jogo esquerdista que impera na política e cultura nacionais -, ou resulte de uma calculada omissão.

2.4 AS LIGAÇÕES DO FSP COM GRUPOS TERRORISTAS

As organizações, partidos e grupos que integram o FSP atuam em mais de 30 países. Segundo Zamboni (2008), “a ideologia que permeia os diversos partidos e organizações componentes do novo terrorismo pós-Guerra Fria é um misto de indigenismo, etnicidade, ecologia e teoria de libertação”. Contudo, pode-se destacar que o denominador comum, todavia, é a defesa e a solidariedade com Cuba castrista.

Inicialmente, o FSP era uma espécie de frente política destinada a propor ações comuns. Todavia, no decorrer do tempo, de acordo com Zamboni (2008), “o Partido Comunista Cubano, de forma gradual, lenta e segura, foi dirigindo sua transformação sistemática em uma estrutura de comando centralizada, de cuja direção, hoje fazem parte os principais grupos terroristas da América Latina”.

Por outro lado, o FSP tem, também, ligações com organizações, partidos e grupos comunistas fora do continente latino-americano. Conforme Zamboni (2008), “dentro do FSP estão os partidos comunistas da Coreia do Norte, China, EUA, Canadá, Austrália, Inglaterra, França, Alemanha, Grécia, Itália e Portugal, bem como o Eta-Basca”. Destaca-se que este internacionalizou as ações de sequestros de empresários e que, há mais de uma década, estabeleceu bases de operações na América Latina (México, Venezuela, Cuba, Nicarágua e, possivelmente, El Salvador, Uruguai e República Dominicana).

Já em 1995, identificou-se que o FSP passou a ser constituído por grupos que possuem como característica principal o emprego de ações terroristas, a fim de atingirem os objetivos propostos.

Nesta assertiva, no V encontro do FSP, realizado em Montevideu, a sua direção já incluía, também, a Coordenadora Guerrilheira Simón Bolívar, as FARC, o Exército de Libertação Nacional (ELN) e a Aliança Democrática M-19 (todos da Colômbia); o Partido Laborista (República Dominicana); o Partido Revolucionário Democrático (Panamá); e

três organizações de Guadalupe: o Partido Comunista e os grupos União e Resistência e União Popular pela Liberdade. (ZAMBONI, 2008)

O mais recente filiado ao FSP é o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Conforme Zamboni (2008), “este grupo recebe apoio de centenas de Organizações Não Governamentais (ONGs) mexicanas e internacionais que, juntamente com determinados meios de comunicação, mantêm-se permanentemente mobilizadas para apoiar, defender e fortalecer o EZLN”. Com isso, o FSP passa a contar com mais um grupo terrorista com ramificações mundiais.

Dentro desse sentido, o FSP passa a considera a insurreição do EZLN, em Chiapas, um modelo para toda a América Latina. De acordo com Zamboni (2008), “essa insurreição, definida por *América Libre* como a primeira revolução pós-moderna, tem como característica principal a utilização dos indígenas para dar proteção e fachada às operações de guerra irregular de forças terroristas, com objetivos de separatismo étnico”.

O Primeiro-Comandante do Exército de Libertação Nacional (ELN), Nicolás Rodríguez Bautista, vulgo “Galbino”, também prova sua filiação ao FSP, enviando uma mensagem aos “camaradas” membros do XVIII Encontro que aconteceu em Caracas em 2012, provando que estava a par do Documento Base e do que ia ser discutido naquela ocasião:

... Neste XVIII Encontro nos encontramos com muitos partidos do Foro, que tiveram experiências de governo em nível nacional ou local, depois de lutar contra as oligarquias de seus países com as armas nas mãos.

O Exército de Libertação Nacional, com destacamento do povo colombiano em armas, avalia indispensável refletir com vocês sobre a urgência da paz como imperativo para a Colômbia. (SALGUEIRO, 2016)

Ainda, de acordo com Salgueiro (2016), “muitas organizações terroristas pertenceram e ainda pertencem oficialmente ao Foro”. Contudo, elas não aparecem porque estão abrigadas dentro de outras siglas.

Dentro desse contexto, o VI Encontro, realizado em São Salvador/El Salvador, de 26 a 28 de julho de 1996, foi um dos mais importantes do FSP, porque foi nele que as FARC presidiram o evento e houve a primeira participação do Presidente da Venezuela Hugo Chavez como membro efetivo. Dentre as deliberações pode-se destacar:

... O Foro se afirma em sua caracterização como um espaço anti-imperialista de encontro, ação, solidariedade e formulação de projetos alternativos no movimento democrático e revolucionário da região, no qual convergem correntes de origens diversas. (SALGUEIRO, 2016)

A afirmativa acima confirmou-se por intermédio de uma entrevista concedida por Raúl Reyes, o número 2 das FARC, para a Folha de São Paulo em 24 de agosto de 2003, conforme pode-se verificar nos trechos abaixo:

.....
 Folha de S. Paulo – O Sr conheceu o Lula?
 Reyes – Sim, não me recordo exatamente em que ano, foi em San Salvador, em um dos Foros de São Paulo.
 Folha de S. Paulo – Houve uma conversa?
 Reyes – Sim, ficamos encarregados de presidir o encontro. Desde então, nos encontramos em locais diferentes e mantivemos contato ate recentemente. Quando ele se tornou presidente, não pudemos mais falar com ele. (SALGUEIRO, 2016)

Reforçando a complacência do FSP com grupos terrorista, o VII encontro, realizado em Porto Alegre, Brasil, de 31 de julho a 01 de agosto de 1997, estabelece a seguinte resolução:

No Foro existem organizações que optaram pela luta armada e outras que, sem praticá-la, consideram-na como uma opção válida para determinados contextos e ainda os que se opõem a essa forma de luta. As diferenças baseiam-se na inexistência de um consenso na valoração das novas expressões de luta armada, e o que representam estas expressões nesta fase das lutas sociais. (SALGUEIRO, 2016)

De acordo com Salgueiro (2016), “o representante das FARC no Brasil, Olivério Medina, foi preso numa ação conjunta entre a Polícia Federal e a Interpol em 2005. Medina era procurado na Colômbia por diversos crimes – homicídio, sequestro e contrabando de armas – e o governo colombiano pediu sua extradição”.

Confirmando a ligação com grupo terrorista, o presidente Lula não apenas lhe negou o pedido como concedeu ao terrorista o status de refugiado político. Logo depois, a esposa de Medina, Ângela Maria Slongo, foi ocupar um cargo de confiança no Ministério da Pesca, a pedido de Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil.

2.5 OS FINANCIAMENTOS DOS GOVERNOS DO PT

Logo depois da eleição de Lula, ainda antes mesmo da posse, em dezembro de 2002, os petroleiros venezuelanos estavam em greve. Segundo Salgueiro (2016), “através de acordos de bastidores do FSP, Lula faz o Presidente Fernando Henrique Cardoso enviar dois navios petroleiros à Venezuela para suprir as necessidades daquele país, furando a greve dos venezuelanos”. Com isso, 22.000 trabalhadores venezuelanos qualificados foram demitidos. Além do que Lula esqueceu seu passado de líder de greves no ABC paulista, para atender as necessidades do seu camarada no Foro.

Desse acordo com Salgueiro (2016), no IV Encontro do FSP, ocorrido em Havana, Cuba, de 21 a 24 de julho de 1993, ficou acordado, no campo econômico, que “a integração deve ocorrer, em primeiro lugar, no interior da América Latina e do Caribe, como um processo político e econômico que nos articule como um bloco político e que nos potencialize com vontade de completar e compensar as diferenças das nossas economias”.

Quer dizer que os países que têm mais ajudam os países que tem menos ou, a cada um conforme sua necessidade. Segundo Salgueiro (2016), “isso se evidenciou muito claramente em pelo menos duas ocasiões: no pagamento ilegal ao Paraguai pela energia de Itaipu, exigido pelo então presidente Fernando Lugo; e mais tarde, na invasão e expropriação da Petrobrás na Bolívia, pelo presidente cocaleiro Evo Morales, com total aquiescência do então presidente Luís Inácio Lula da Silva”.

Desde que Guido Mantega deixou a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2006, e se tornou Ministro da Fazenda, este banco do nação brasileira tornou-se peça chave no modelo de desenvolvimento proposto pelo governo. Segundo Salgueiro (2016), “desde então, o total de empréstimos do Tesouro ao BNDES saltou de R\$ 9,9 bilhões — 0,4% do PIB — para R\$ 414 bilhões — 8,4% do PIB”.

Por outro lado, a seleção dos recebedores destes investimentos, porém, segue incerta. Conforme Salgueiro (2016): “ninguém sabe quais critérios o BNDES usa para escolher os agraciados pelos empréstimos. Boa parte das obras financiadas ocorre em países pouco expressivos para o Brasil em termos de relações comerciais, o que leva a suspeita de caráter político na escolha”.

3. METODOLOGIA

Esta seção tem por finalidade apresentar o caminho percorrido para solucionar o problema apresentado, especificando os procedimentos utilizados para alcançar os objetivos (geral e específicos) apresentados. Desta forma, pautou-se numa sequência lógica, onde foi estruturado da seguinte maneira: 1) Delimitação de Pesquisa; 2) Concepção Metodológica; e 3) Limitações do Método.

3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa delimitou-se ao estudo das influências que o FSP teve no Brasil, durante o período de 2002 até 2016. Esta fase temporal representa o período que o Brasil esteve governado por presidentes ligados ao PT.

3.2 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O trabalho fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e documental, por intermédio de consulta de literatura pertinente. Foram utilizados, portanto, as seguintes metodologias de pesquisa:

- qualitativa, uma vez que privilegiou as análises de documentos e relatos na busca do entendimento dos objetivos traçados, mediante o estudo das obras referentes ao assunto e de documentos atualmente em vigor;
- bibliográfica, porque teve sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre assuntos de gestão do conhecimento de documentos e artigos de acesso livre ao público em geral.

3.3 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Para o alcance das técnicas utilizadas, os passos seguidos foram:

- levantamento da bibliografia e de documentos pertinentes;
- seleção da bibliografia e documentos;
- leitura da bibliografia e dos documentos selecionados;
- montagem de arquivos digitais (fichamento), resumos e análises.

A coleta de material foi efetivada por intermédio de consultas às bibliotecas da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Biblioteca do Exército Editora (BIBLIEx). Foram consultados, ainda, periódicos especializados, artigos e publicações nacionais e estrangeiras, bem como

dados da rede mundial de computadores.

O trabalho teve prosseguimento com a elaboração do texto, seguindo as questões – objeto de estudo – e foi enfatizada a situação-problema em torno das influências que o FSP teve no Brasil, durante o período de 2002 até 2016.

4. AS INFLUÊNCIAS POLÍTICAS DO FSP NO BRASIL

4.1 GENERALIDADES

Comparado com o período anterior, a partir de 2003, o FSP passou por um momento de maior visibilidade, estimulado pelo crescente processo de polarização política identificado no período. Segundo Toledo (2015), “o FSP passou a sofrer coberturas midiáticas e de progressiva polarização social e política, estendendo-se até o ambiente acadêmico”.

Assim, o processo de polarização alcançou projeção inédita nas eleições de 2014, o qual ultrapassou as barreiras das urnas e se traduziu em movimentos pró e contra o governo Dilma e, conseqüentemente, contra o PT.

Neste contexto, o FSP passou a ser compreendido pela oposição - em uma versão mais extremista -, como um espaço de aglutinação de forças contrárias a regimes plenamente democráticos que, por afinidades ideológicas propensas ao "socialismo/comunismo", aliariam os projetos de política externa nacionais com um projeto mais amplo de "socialismo regional".

Assim, a acusação de que a política externa brasileira se tornaria refém dos interesses partidários passa a se configurar como a tônica do debate polarizado em torno da política externa, em todo o processo de gradual polarização política supracitado.

De acordo com Almeida (2014), “este movimento ficou conhecido como a ‘partidarização da política externa’, termo utilizado oficialmente por parte da oposição, argumentando que a ideologia político-partidária orientaria essencialmente os projetos de política externa do governo, traindo os interesses nacionais em nome de objetivos ideológicos”.

4.2 O FSP E O ITAMARATY

Especificamente, as diretrizes internacionais do PT também originaram-se nas declarações oriundas do FSP. Em sua primeira reunião, em 1990, a declaração saída do encontro já dizia: “definimos [...] as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Nossa proposta passa [...] pelo impulso à Solidariedade internacionalista dos nossos povos”, o que se repetiu, em 1996, no encontro de Porto Alegre, quando se afirma que “[...] estamos desenhando programas amplos [...] que realizem uma transformação política e econômica [...] que avance em direção a uma nova sociedade

mais justa e igualitária”, e, também, em 2002, na reunião de Antígua, ao afirmar que “é preciso [...] contribuir efetivamente [...] para mudar os rumos dos processos de integração liderados [...] por uma visão mercantilista [...]”. (POMAR; REGALADO, 2013)

Nesse sentido, o FSP advoga pela unidade latino-americana e caribenha com o propósito de lutar contra o imperialismo norte-americano, simbolizado no embargo a Cuba e nas políticas econômicas de cunho neoliberal, e de constituir nova ordem internacional capaz de satisfazer e de respeitar os objetivos nacionais dos países daquela região.

Esta assertiva fica bem clara, conforme Toledo (2015), onde afirma “que mediante análise do posicionamento do PT nas reuniões do FSP, durante os governos Lula, observa-se que, embora tenha ocorrido uma agenda mais abrangente em questões de política externa brasileira, as linhas gerais demonstram um alinhamento com os posicionamentos gerais apresentados pelo PT nas reuniões do FSP”. Com isso, fica nítida a política externa brasileira alinhada com países menos favorecidos no sistema internacional.

Ainda dentro desse enfoque, percebe-se que as figuras do presidente da república, juntamente com o Secretário do MRE e do ministro das Relações Exteriores - e, no caso de Lula, o assessor especial de assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia - foram protagonistas nos processos decisórios. (POMAR; REGALADO, 2013)

Para Mesquita (2013), “o Itamaraty não foi imune ao processo de polarização política”. Com isso, exonerações e nomeações também indicariam a partidarização em torno do staff do alto escalão do Itamaraty.

4.3 INDIFERENÇAS ÀS AÇÕES DAS FARC

Em maio de 1995, no V Encontro, realizado em Montevidéu, Uruguai, a direção do FSP já incluía, também, os seguintes Grupos: a Coordenadora Guerrilheira Simón Bolívar, as FARC, o ELN e a Aliança Democrática M-19 (todos da Colômbia), o Partido Laborista (República Dominicana), o Partido Revolucionário Democrático (Panamá) e três organizações de Guadalupe: o Partido Comunista e os grupos União e Resistência e União Popular pela Liberdade. (ZAMBONI, 2008)

Por ocasião do XI Encontro do FSP, ocorrido em Antígua, Guatemala, entre 02 a 04 de dezembro de 2002 – ano da 1ª eleição de Lula no Brasil – foi estabelecido um entendimento específico ao povo palestino, conforme se segue:

O FSP rechaça a política de Estado de Israel de ocupação dos territórios palestinos, em violação reiterada das resoluções da ONU. Ao mesmo tempo, se pronuncia contra toda forma de violência que provoque vítimas civis e reitera a necessidade da retomada das negociações de paz. (SALGUEIRO, 2016)

Na resolução, pode-se afirmar que o FSP “é contra toda forma de violência que provoque vítimas civis”. Entretanto, não se ouviu, por parte do recém-eleito Lula, uma só palavra de repúdio ao brutal ataque das FARC a uma igreja repleta de civis em Bojayá-Choco, em 02 de maio de 2003, que deixou um saldo de 119 mortos pela explosão de um cilindro-bomba.

Segundo Salgueiro (2016), “as vítimas eram, em sua maioria, mulheres, crianças e idosos, cujos corpos dilacerados ficaram pregados nas paredes, e que estavam ali para se abrigar das balas a convite do padre da paróquia”.

As FARC, membros ativos do FSP, disputavam com as Autodefesas Unidas de Colômbia (AUC) o controle da zona e acesso ao Rio Atrato para escoar as drogas. De acordo com Salgueiro (2016), “jogar esse cilindro-bomba num local onde somente havia civis demonstra bem o caráter desumano desta gente”.

Destaca-se também que, em 2005, o representante das FARC no Brasil, Olivério Medina, foi preso numa ação conjunta entre a Polícia Federal e a Interpol. Medina era procurado na Colômbia por diversos crimes – homicídio, sequestro e contrabando de armas – e o governo colombiano pediu sua extradição.

O presidente Lula não apenas lhe negou o pedido como concedeu ao terrorista o status de refugiado político. Logo depois, a esposa de Medina, Angela Maria Slongo, foi ocupar um cargo de confiança no Ministério da Pesca, a pedido de Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil. (SALGUEIRO, 2016)

No XIV Encontro do FSP, ocorrido em Montevideu, Uruguai, entre 22 a 25 de maio de 2008, havia uma revolta, pois meses antes, em 1º março, as Forças Militares da Colômbia haviam dado baixa no número 2 das FARC, Raul Reyes, e nesse mesmo mês, no dia 26, fora anunciada a morte por problemas cardíacos do fundador e Chefe do Estado-Maior Central das FARC, Manuel Marulanda, “Tirofijo”.

Conforme Salgueiro (2016), “ocorreram discursos chorosos lamentando a morte de dois ‘grandes combatentes’, o ‘exemplo’ que eles deram e o ‘legado’ que deixaram”. Dentre as resoluções, destaca-se a que condenam a ofensiva direitista comandada pelos Estados Unidos, no ataque que deu baixa a Raúl Reyes no Equador.

Quando o Exército da Colômbia deu baixa em Raúl Reyes, atacando seu acampamento localizado em Santa Rosa de Sucumbíos, Equador, o então presidente

Álvaro Uribe telefonou para Rafael Correa para informá-lo de que havia sido abatido, pelas Forças Militares colombianas, em seu território, um terrorista das FARC.

Contudo, Salgueiro (2016) afirma que Correa teria dito “que suas fronteiras eram bem guarnecidas e que desconhecia esse acampamento”. Com isso, fica evidente o apoio de um Governo membro do FSP com as FARC.

Horas depois, segundo Salgueiro (2016), quando Chávez tomou conhecimento, “disse a Correa que não deveria aceitar o comunicado de Uribe”. Sendo assim, pode-se extrair o posicionamento disfarçado do Brasil, por determinação do FSP. A Venezuela, o Equador, a Bolívia e a Nicarágua – todos integrantes do FSP - voltaram-se contra a Colômbia, alegando invasão do território nacional equatoriano.

As indiferenças acima podem ser explicadas, do ponto de vista financeiro, pelo poderio econômico das FARC. De acordo com Salgueiro (2016), o jornal *El Colombiano*, em referência a um artigo publicado pela revista britânica *The Economist*, afirma que as FARC tinham uma fortuna superior a 10 bilhões de dólares no período compreendido entre 1990 e 2000, que podem muito bem ter financiado o FSP. Trecho desse artigo encontra-se traduzido Abaixo:

Em um artigo intitulado “Dinheiro sem graça”, a revista britânica *The Economist* afirma que o governo colombiano tem um informe secreto no qual estimam que as FARC têm uma fortuna superior aos 10 bilhões de dólares. Entre finais de 1990 e princípios de 2000, as FARC tiveram 18.000 combatentes e um caixa de dinheiro em espécie, produto da extração ilegal de ouro, da extorsão, do sequestro e do tráfico de drogas. Santos disse desconhecer esses dados, mas os EUA continuam insistindo que são verídicos e que Santos sabe mas não quer revelar por causa do tal “acordo de paz” que está realizando com o bando terrorista em Havana, Cuba, sob as bênçãos dos ditadores Castro. (Salgueiro, 2016)

4.4 FORMAÇÃO POLÍTICA

Durante o XIII Encontro do FSP, ocorrido em San Salvador, El Salvador, de 12 a 14 janeiro de 2007, foram realizadas efusivas comemorações das vitórias eleitorais para a Presidência da República de camaradas de partidos membros: reeleição de Lula, no Brasil; reeleição de Hugo Chávez, na Venezuela; eleição de Rafael Correa, no Equador; eleição de Daniel Ortega, na Nicarágua. Neste encontro foi realizada também uma homenagem ao recém-falecido Shafik Handal, fundador do FMLN e membro destacado do FSP desde seu início. (SALGUEIRO, 2016)

De acordo com Salgueiro (2016), o GT-FSP estabeleceu como metas para o ano de 2007:

- publicação de um boletim eletrônico mensal;

- constituição de uma escola continental de formação política;
- realização de um festival político-cultural;
- criação de um observatório eleitoral;
- desenvolvimento de uma política dirigida à juventude e de promoção de arte e cultura (ideologia de gênero).

Destaca-se também que, no XVI Encontro, ocorrido em Buenos Aires, Argentina, de 17 a 22 de agosto de 2010, foi estabelecido como uma das metas o reconhecimento do papel estratégico da cultura na luta política. (SALGUEIRO, 2016)

Foi dessa maneira que começaram a aparecer livros de clara doutrinação marxista nas escolas universitárias brasileiras, além de outros de conteúdos obscenos visando a uma educação sexual desde a mais tenra idade nas escolas públicas do Brasil.

4.5 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Durante X Encontro do FSP, realizado em Havana, Cuba, de 04 a 07 de 2008, foi acordado, conforme Salgueiro (2016), um entendimento onde foi estabelecido que “era reafirmado o direito de nossos povos a saber a verdade e a conseguir justiça acerca dos terroristas de Estado que hoje continuam impunes”.

O entendimento acima se refere às comissões da “Verdade, Reparação e Justiça” implantadas na Argentina – que depois seria copiada também no Brasil e no Chile –, cuja finalidade única era transformar terroristas em heróis nacionais, com direito a gordíssimas indenizações.

No Brasil, o direito de reparação econômica ao anistiado político está previsto na Lei nº 10.559/02. O valor indenizado está sujeito a reajuste e é isento de imposto de renda. É calculado com base na remuneração que o anistiado receberia hoje, caso não tivesse sido afastado da atividade em que trabalhava na época do regime. Mesmo se o anistiado não comprova qualquer vínculo empregatício para cálculo da indenização, ainda assim recebe 30 salários mínimos para cada ano da alegada perseguição. Portanto, basta requerer o benefício, sem necessidade de comprovação.

O Art 12 da referida Lei cria, no âmbito do Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia, com a finalidade de examinar os requerimentos. A Comissão é nomeada pelo Ministro da Justiça, o que possibilitou a escolha de integrantes alinhados com a esquerda revolucionária dos anos 60 e 70 do Sec XX.

Conforme Salgueiro (2016), “números do Ministério da Justiça mostram que, desde que a Comissão de Anistia foi criada, em 2001, já foram autorizados mais de R\$ 2,5

bilhões em indenizações. Até o fim do ano de 2009, a Comissão analisou cerca de 37 mil pedidos e concedeu 24.600 reparações. As dez indenizações mais vultosas somam R\$ 29,8 milhões. Há ainda mais de 40 mil pedidos a serem analisados”.

Os números acima denunciam um vergonhoso esquema de distribuição de dinheiro entre os integrantes da esquerda derrotada na década de 70. Não há qualquer possibilidade de se justificar a existência de tantos perseguidos políticos, nem o valor das fortunas pagas. Segundo Salgueiro (2016), “como exemplo, há o caso de Carlos Heitor Cony, colunista da Folha de São Paulo e da rádio CBN, a quem o Ministro da Justiça, em portaria nº 2.946/04, concedeu uma pensão mensal vitalícia de R\$ 23.187,90, e mais uma indenização de R\$ 1.417.072,75”.

O motivo alegado é a reparação econômica a Cony, demitido do Correio da Manhã, em 1965, por ter escrito um artigo contra o Ato Institucional nº 2. Cony nunca parou de trabalhar, não foi preso, torturado ou impedido de exercer sua profissão, ou mesmo de escrever artigos para jornais depois dessa demissão.

4.6 O FSP E A ATUAÇÃO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA (CASO CONCRETO)

Analisar a política externa brasileira durante a gestão dos Governos do PT demonstra-se difícil, em decorrência, principalmente, da capacidade dessa agremiação de constituir projeto próprio a respeito da constituição de nova ordem internacional pós-Guerra Fria, o que não necessariamente se coaduna com as tradicionais diretrizes da política externa nacional.

Especificamente, o principal desafio do analista internacional corresponde à capacidade de mensuração da interferência das diretrizes internacionais do PT oriundas do FSP na política externa brasileira. Nesse sentido, emergem três possíveis cenários em que ou as diretrizes do PT se sobrepõem às linhas tradicionais da política externa brasileira, ou dialogam com as mesmas, ou não interferem nas concepções a respeito da inserção nacional no plano externo. (RUIVO et al., 2016)

Com o propósito de exemplificar a sobreposição das diretrizes internacionais do PT sobre as tradições da política externa brasileira, optou-se pela análise da suspensão do Paraguai do Mercosul, em 2012.

Por meio da comparação dos textos publicados por Marco Aurélio Garcia e Celso Lafer, na revista *Política Externa* de janeiro de 2013, buscou-se apreender as diferenças

entre o *modus operandi* da diplomacia conduzida pelo PT e aquela sob o comando da anterior gestão de FHC.

Enquanto Garcia foi o único remanescente da política exterior desenvolvida pelo Governo de Lula da Silva a ocupar o seleto grupo de personagens responsáveis pela condução da política externa no Governo de Dilma Rousseff, Lafer não só foi ministro das relações exteriores de Fernando Henrique, como também foi um dos mais importantes críticos da política externa de Dilma. (RUIVO et al., 2016)

Caso as diretrizes do PT, também originadas das declarações do FSP, sejam aplicadas à análise da decisão brasileira responsável pela suspensão do Paraguai do Mercosul, em 2012, fica patente a diferença de estilo entre a gestão de FHC e a dos Governos sob a liderança do PT.

Enquanto, em Paraguai, Brasil e Mercosul, o principal articulador da diplomacia do PT justifica a escolha pela suspensão paraguaia por meio de sua análise política, o ex-chanceler de FHC, em *Descaminhos do Mercosul – a suspensão da participação do Paraguai e a incorporação da Venezuela: uma avaliação crítica da posição brasileira*, afia-se na tradição jurídica da diplomacia brasileira, como meio de resolução de querelas internacionais. (LAFER, 2013)

De acordo com Garcia (2013), “a suspensão paraguaia do Mercosul decorreu da quebra da ordem democrática no país vizinho perpetrada pelo senado guarani, o que é proibido pelo Protocolo de Ushuaia de 1996”.

Ainda de acordo com o assessor, esse procedimento é característico do novo modelo golpista latino-americano, em que setores conservadores se colocam contrários aos processos de diminuição de pobreza e de desigualdade perpetrados por Governos progressistas e escolhidos democraticamente, por meio da atuação de suas instituições.

Especificamente, Marco Aurélio Garcia afirma que a celeridade do processo que levou à destituição do presidente Fernando Lugo não correspondeu ao devido processo legal, o que é característico da intolerância do Poder Legislativo paraguaio frente ao Governo de Fernando Lugo, ainda mais quando esse se caracterizou pela tentativa de refundar o Estado, por meio de um desenvolvimento mais justo e equilibrado.

Conforme Garcia (2013), “a eleição de Lugo representou um avanço no processo de democratização do país vizinho, e a resolução adotada em decorrência da crise paraguaia não só fortaleceu o Mercosul, como também colocou a preservação da democracia como tema central na região”.

Sem adentrar nos meandros políticos a respeito da conjuntura que levou à destituição do presidente Fernando Lugo, Celso Lafer busca salientar os vícios jurídicos, no processo de suspensão do Paraguai do Mercosul.

De acordo Lafer (2013), “as imperícias jurídicas decorreram do desrespeito brasileiro a decisão de um poder constitucionalmente legítimo de um país vizinho e da forma pelo qual o Paraguai foi suspenso”. Sendo assim, contrariou o Tratado de Assunção, que apregoa a necessidade de reunião do Conselho do Mercado Comum para essa medida. Contudo, a decisão foi tomada por meio de reunião presidencial, o que, juridicamente, não encontra guarida na legislação do bloco.

Nesse sentido, a suspensão paraguaia do Mercosul deve ser entendida como decisão juridicamente incompatível com a legislação mercosulina e com a tradição jurídica da diplomacia brasileira.

Embora Garcia e Celso Lafer estejam em lados contrários politicamente, as duas personagens entendem a importância do Paraguai para a diplomacia brasileira. Enquanto Lafer (2013) aponta que “a decisão brasileira criou empecilhos no relacionamento brasileiro-paraguaio”, Garcia (2013) entende que “o Brasil agiu corretamente com o propósito de garantir o funcionamento das instituições democrático-paraguaias”.

Somente a total desclassificação da documentação relacionada ao episódio em tela criará possibilidades para a reconstituição dos meandros políticos e diplomáticos que levaram à suspensão paraguaia do Mercosul.

Enquanto isso não ocorre, a consulta ao material disponibilizado pela imprensa no tocante ao episódio e o entendimento das relações entre o Brasil e o Paraguai e seu redimensionamento durante as gestões de Luiz Inácio Lula da Silva e de Fernando Lugo podem indicar caminhos para a interpretação do acontecimento de junho de 2012.

Especificamente, a coadunação entre as tradições diplomáticas brasileiras, como a do não intervencionismo e do jurisdicismo, e as diretivas do FSP demonstram que, nesse caso específico, o Governo brasileiro sinalizou pelo apoio a um Governo alinhado ideologicamente em detrimento do tradicional *modus operandi* da diplomacia nacional. (RUIVO et al., 2016)

Factualmente, do lado brasileiro, a justificação jurídica a respeito da decisão pela suspensão do Paraguai daquele bloco foi realizada por parecer da Advocacia Geral da União, já que o chancelaria não teria concordado com escolha da presidente Rousseff (RUIVO et al., 2016). Esta decisão demonstra-se incompatível com a tradição

diplomática brasileira, uma vez que, tradicionalmente, a própria consultoria jurídica do Ministério das Relações Exteriores é responsável pela racionalização das posições internacionais brasileiras, de modo a compactuá-las com a legislação internacional.

Adicionalmente, enquanto aquele parecer ainda está indisponível para consulta pública, no ano de 2012, na imprensa uruguaia, surgiram rumores de que o presidente José Mujica se ausentou da reunião entre os chefes de Estado. Conforme Lafer (2013), “Mujica não estava de acordo com a decisão de Dilma Rousseff e de Cristina Kirchner, deixando os trâmites para formalização da decisão nas mãos de seu chanceler, já que o Presidente do Uruguai compreendia sua incapacidade para alterar os fatos”.

Do lado paraguaio, a análise apresenta-se como complexa em decorrência das especificidades do ordenamento jurídico guarani. Histórica e juridicamente, a consolidação do Governo de Alfredo Stroessner, com a promulgação da constituição de 1967, decorreu da forte centralização do poder nacional nas mãos do chefe do Executivo.

Após o processo de redemocratização experimentado pelo Paraguai, por meio da assinatura da Carta Magna de 1993, o Legislativo procurou controlar a primazia do poder Executivo sobre os demais entes estatais, com o intuito de impossibilitar a emergência de forte presidente, o que dá ao ordenamento político paraguaio características ora parlamentaristas, ora presidencialistas (LEWIS, 1980).

Enquanto o matiz presidencialista decorre da eleição direta do chefe do Poder Executivo para o exercício de seu cargo, o aspecto parlamentarista decorre da possibilidade da utilização do instrumento do juízo político por parte do Legislativo guarani, por meio da simples iniciação de processo na câmara baixa paraguaia, o que obriga o Senado a julgar a procedência do pedido enviado pelos deputados.

Em decorrência da facilidade para utilização desse instrumento, vários foram os presidentes pressionados pelo Parlamento paraguaio. Nesse sentido, Raúl Cubas Grau foi destituído de seu mandato como Presidente da República, em 1999, no bojo do *Marzo Paraguayo*, e Gonzáles Machhi tornou-se vítima dos entendimentos partidários no âmbito do Partido Colorado, o que não levou a sua destituição em decorrência de sua maioria legislativa (BARREDA; CASTAFREDA, 2004, p. 131), (NICKSON, 2009).

Como dito, a utilização do juízo político não é algo extraordinário no ordenamento do Paraguai. A própria condição por meio do qual Fernando Lugo foi eleito Presidente da República demonstrava a real fragilidade de seu Governo frente a um forte poder Legislativo.

Dessa forma, indubitavelmente, a gestão de Lugo, no decorrer de sua administração, passaria por delicados momentos no tocante ao relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo, como, tradicionalmente, tem acontecido desde a redemocratização paraguaia de 1993.

Não obstante, a decisão do Legislativo paraguaio a respeito do afastamento de Fernando Lugo foi ratificada pelo Poder Judiciário daquele país, demonstrando que o devido processo legal foi respeitado. Ainda que o PT brade a respeito de um suposto golpe elitista, com o propósito de por fim a um regime progressista eleito democraticamente, deve-se recordar que o Parlamento guarani também foi eleito democraticamente.

Especificamente, no caso paraguaio, a composição do Legislativo não representou o arranjo de forças oriundo da eleição de 2008 que levou ao poder Fernando Lugo.

Nesse cenário, não só o tradicional Partido Colorado ocupou majoritariamente as cadeiras do Parlamento, como, ainda antes da posse de Lugo, o aliado Partido Liberal Radical Autêntico já demonstrou sua indisposição com o novo presidente.

Nesse sentido, muito mais que um golpe de Estado, a destituição de Lugo deve ser tomada como consequência da própria conjuntura interna paraguaia, caracterizada pela incapacidade presidencial de montar uma base de apoio para seu Governo.

Diferentemente dos períodos anteriores em que a diplomacia nacional trabalhou para a manutenção da ordem institucional no país vizinho, no caso do afastamento de Lugo, o Governo brasileiro preferiu apoiar um governante legalmente destituído de suas funções em decorrência de sua inaptidão política, o que demonstra grave violação ao princípio constitucional e tradicional da diplomacia brasileira a respeito da não intervenção nos assuntos internos de outros países.

Sendo assim, as especulações a respeito da solidariedade entre os governos de cunho progressistas emanadas pelo FSP tomam forma, uma vez que, diferentemente dos governos paraguaios anteriores, não só partidos da base de sustentação de Lugo fazem parte do Foro, como também as propostas políticas do destituído convergem, estreitamente, em direção ao projeto do FSP.

Após a deposição de Lugo da presidência, o Paraguai foi suspenso do bloco, até que se devolvesse o governo ao presidente legalmente deposto, e imediatamente os três países restantes – Argentina, Brasil e Uruguai – aprovaram o ingresso da Venezuela.

De acordo com Salgueiro (2016), “esse foi mais um golpe do FSP – nisso eles são mestres! -, uma vez que não só a Venezuela, mas qualquer outro país só pode ser admitido no bloco se o Congresso de todos os demais países membros estiver de acordo”.

Conforme Salgueiro (2016), reforçando as ações orquestradas pelo FSP no Paraguai, o XVIII Encontro, ocorrido em Caracas, Venezuela, de 4 a 6 de julho de 2012, proferiu os seguintes entendimentos de “suspensão do Paraguai do Mercosul, por considerar o novo governo golpista e aprovação da Venezuela como membro da organização; e apoio à Venezuela e ao Chanceler Nicolás Maduro, contra acusações do Paraguai de ingerecionismo”.

4.7 AS SURCUSAIS DO FSP

4.7.1 Fórum Social Mundial (FSM)

Em 2001, foi criado o FSM, em Porto Alegre/RS. Seu fundador é o empresário do ramo de brinquedos e presidente da ABRINQ, Oded Grajew, um israelense naturalizado brasileiro, que foi assessor especial de Lula entre janeiro e novembro de 2003 e é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. (SALGUEIRO, 2016)

Como muito bem explica Salgueiro (2003), no site CubDest, “o FSM é um evento alter-mundialista, organizado por movimentos sociais de muitos continentes, com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global”.

Seu “*slogan*” é “Um Mundo Melhor é Possível” e foi concebido para ser um contraponto ao Fórum Econômico de Davos na Suíça, que se realiza anualmente em janeiro. Durante certo tempo, as datas dos dois eventos coincidiram, mas o FSM e FSP fizeram o último evento consecutivo em 2012.

O trabalho do FSM é por em prática as atividades programadas nos Encontros do FSP, embora haja debates, seminários e oficinas durante os eventos. A forma de atuação é o das chamadas “redes transversais”. Segundo Salgueiro (2016), assim definida:

Um tipo de (des) organização que não possui estruturas hierárquicas nem centro de direção, contando apenas com “nós” em cujas intercessões unem-se “horizontalmente” centenas e milhares de organizações contestatárias, do mesmo modo que operam o “fora do Eixo”, a “Mídia Ninja”, os “Anonymus” e o Movimento Passe Livre, por exemplo.

Os organizadores afirmam que essas “redes transversais” usam a tática da invisibilidade nas ações, inspirada nas guerrilhas zapatista de Chiapas, que, conforme Salgueiro (2016), “torna difícil ao adversário detectar a identidade do que se lhe opõe”.

Isso foi claramente observado nas primeiras manifestações de rua ocorridas no Brasil em 2013, com a desculpa de protestar contra o aumento das passagens de ônibus.

Viam-se muitas pessoas mascaradas ou com os rostos encobertos por camisa, garantindo o anonimato e a não vinculação a qualquer movimento já estabelecido, como os conhecidos MST, MTST, militância petista e assemelhados, mas que usavam táticas de guerrilha urbana, depredando patrimônio público e privado, explodindo coquetéis Molotov, queimando pneus, etc. (MOURA BRASIL, 2018)

Por não se conhecer a identidade dos vândalos e por conviência com o governo do PT que estimulava a praticar aqueles atos de barbárie e selvageria – embora nunca faltasse o discurso de paz e de que era uma manifestação pacífica -, nunca se soube de alguém que tenha sido punido legalmente ou que tenha pagado pelos prejuízos causados.

De acordo com Salgueiro (2016), “analisando-se as declarações de princípios e resoluções do FSM, não resta dúvida de que suas propostas e ideologia são as mesmas do FSP”. Além disso, o sociólogo Emir Sader, que é Diretor Geral da revista “América Libre”, órgão de difusão do FSP, é desde 2011 o representante do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) no Conselho Internacional do FSM.

Somente o FSM de 2006, em Caracas/Venezuela, contou com a participação de 80.000 inscritos, representando 2.500 organizações não governamentais (ONGs). Na ocasião, efetuaram-se 2000 conferências e exposições em torno de temas como as “lutas pela emancipação social”, os tipos de “resistências” ante as chamadas “estratégicas imperialistas” e as “dinâmicas e alternativas” revolucionárias, eufemisticamente denominadas “democratizadoras”. As delegações mais numerosas foram a Venezuela, Colômbia, Brasil, Equador e Cuba.

Segundo Zamboni (2008), “cerca de 5.000 jornalistas do mundo inteiro cobriram o evento, financiado direta ou indiretamente pelo governo venezuelano e por diversas ONGs internacionais, dentre as quais, a católica Misericórdia”.

No evento, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, aproveitou dois encontros com representantes de ONGs das Américas para vangloriar-se das mudanças políticas esquerdizantes no continente nos últimos 5 anos, destacando a liderança de Cuba

comunista e da Venezuela chavista, mostrando o “fio condutor” que uniria as “experiências” da esquerda “ao longo da história” e manifestando seu desejo de que as mudanças em curso impactem o mundo inteiro, “assim como a Revolução Francesa o fez no passado”. (ZAMBONI, 2008)

Com uma compreensão da complexidade dos processos políticos em diversos países da região, que não podem ser subestimada, o presidente venezuelano sugeriu aos militantes das ONGs que respeitem as velocidades revolucionárias diferentes em cada um dos países do continente na época governados por figuras da esquerda. (ZAMBONI, 2008)

Nesse sentido, depois de qualificar o presidente Lula de “companheiro” e de afirmar com ênfase que “é necessário trabalhar com Lula e apoiar Lula”, disse que assim como “não se pode pedir a Chávez que faça o mesmo que Fidel Castro”, tampouco “se pode pedir a Lula que faça o mesmo que Chavez”, como “não se pode pedir a Evo Morales que faça o mesmo que Lula e Chavez”, destacando que são “processos” diferentes, “cada um dos quais com suas características próprias”. (ZAMBONI, 2008)

Com isso pareceu dar um recado aos que no FSM criticam o presidente Lula por sua aparente moderação que, na realidade, não é senão uma adequação estratégica às complexas realidades de seu gigantesco país, o Brasil.

Por fim, Chávez se referiu também à “janela histórica” que se teria aberto na América Latina para as esquerdas, com eleição de vários governos desse viés político. Porém, ao mesmo tempo, advertiu que “não podemos perder tempo”, percebendo talvez que as vitórias eleitorais alcançadas por grupos de esquerda correspondem a fatores psicológicos e políticos complexos, e sabendo que não é verdade que as majorias tenham aderido às ideias socialistas revolucionárias. (ZAMBONI, 2008)

Chávez não foi o único que mostrou preocupação sobre o fator tempo. O uruguaio Roberto Sávio, diretor da agência de notícias Inter Press Service (IPS) e um dos membros mais influentes do comitê internacional do FSM, advertiu que “a janela que está se abrindo agora para a América Latina deve durar de 7 a 9 anos”, atribuindo o fato a movimentos pendulares cíclicos na opinião pública, e reconheceu que tendo transcorrido os primeiros anos com essa “janela” aberta, “até agora não conseguimos construir alternativas concretas e planos de ação”. (ZAMBONI, 2008)

Com isso, Chavez e Roberto Sávio reconheceram, implicitamente, que as esquerdas não são onipotentes e que nem tudo ocorre sobre trilhos para elas.

No FSM de 2006, os novos movimentos sociais revolucionários venezuelanos, surgidos especialmente nos bairros pobres dos morros que cercam Caracas, com características que parecem originais, surpreenderam os participantes do FSM provenientes de outros países.

Segundo Zibechi (2012), “esses novos movimentos parecem, à primeira vista, ‘difusos, imprecisos e de escassa visibilidade’, comparando-os com a ‘confederação de nacionalidades indígenas’ equatoriana, as ‘juntas vicinais’ ou os ‘cocaleros’ bolivianos, os ‘piqueteros’ argentinos, os ‘sem-terra’ brasileiros ou os ‘zapatistas’ mexicanos”.

Porém, as contundências de suas ações, suas realidades subterrâneas, seus espaços dispersos e escassamente ou nada articulados, sua aparente falta de centralização e de verticalidade seriam características próprias, inéditas, que estariam convertendo em atores sociais que verdadeiramente estão marcando os rumos do processo bolivariano na Venezuela.

A julgar pela descrição do mencionado especialista uruguaio, estávamos em presença de um tipo novo de (des) organização social com características anárquicas e auto-administradas, podendo afirmar que seriam tribos urbanas, nas quais, conforme Zibechi (2012):

Esses novos movimentos parecem, à primeira vista, difusos, imprecisos e de escassa visibilidade, comparando-os com a confederação de nacionalidades indígenas equatoriana, as juntas vicinais ou os cocaleros bolivianos, os piqueteros argentinos, os sem-terra brasileiros ou os zapatistas mexicanos. Porém, a contundência de suas ações, suas realidades subterrâneas, seus espaços dispersos e escassamente ou nada articulados, sua aparente falta de centralização e de verticalidade seriam características próprias, inéditas, que os estariam convertendo em atores sociais que verdadeiramente estão marcando os rumos do processo bolivariano na Venezuela.

A busca de novas formas de organização revolucionária da sociedade que horizontalizem o poder vertical do Estado, democratizando a democracia representativa, para substituí-la por formas de democracia direta, foi um dos temas mais abordados pelas diversas reuniões do FSM e também das numerosas conversações e articulações à margem das mesmas (ZAMBONI, 2008). Essa é uma das razões pelas quais os experimentos sociais nos bairros marginais de Caracas sempre chamaram tanta atenção.

4.7.2 Mercado Comum do Sul (Mercosul)

Criado em 26 de março de 1991, com assinatura do Tratado de Assunção, Brasil, Paraguai e Uruguai uniram-se para formalizar a construção de um bloco aduaneiro de

zona de livre comércio e integração entre os países-membros, uniformizando as taxas de juros, índices de déficit e taxas de inflação, conhecido como Mercosul.

Desde que assumiu o seu primeiro mandato, a partir de 2003, LULA já expressava a intenção de mudar Mercosul, trazendo o máximo de países membros do FSP para a sua composição. Foi assim que, aos poucos, foi empurrando a Venezuela do “companheiro” Chavez para o Mercosul, primeiro participando das reuniões anuais, onde era recebido como personagem de honra, até a inclusão como membro permanente, após manobra de isolar o Paraguai, cujo Congresso recusava-se a fornecer o apoio.

Nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2004, o Grupo de Trabalho do FSP reuniu-se na cidade de São Paulo e, em sua declaração, comunica, dentre outras tantas metas, a seguinte:

Os partidos e as forças participantes do Grupo de Trabalho debateram a estratégia comum dos movimentos sociais e de esquerda frente aos temas da integração e do comércio global.

Com relação a isso, reafirmam a necessidade de uma verdadeira integração de nosso continente e rechaçam a proposta da ALCA, da forma apresentada pelo Governo dos EUA, assim como os tratados de comércio sub-regionais e bilaterais promovidos por este país.

Defendemos uma integração e relações comerciais solidárias, que respeitem a soberania dos países de nossa região e promovam o direito inalienável dos povos ao desenvolvimento econômico e social, deixando claro nossa posição a favor da inclusão de Cuba no sistema interamericano e condenação do bloqueio estadunidense a esta nação. (SALGUEIRO, 2016)

Como pode-se observar, a inclusão de Cuba ao Mercosul já era uma meta antiga determinada pelo FSP. Nesse contexto, em dezembro de 2004, o sociólogo comunista germano-mexicano Heinz Dieterich, guru de Chavez e Fidel, em entrevista cedida ao site de extrema-esquerda “*Rebelión*” afirmou que, dentre outros assuntos, o seguinte:

... o que necessitamos é um salto qualitativo para conseguir a constituição de um Estado Regional que é o Mercosul ampliado, aprofundado, democratizado com a Venezuela, com Cuba e, em uma segunda fase, com Evo Morales na Bolívia, bem como a Confederação de Nacionalidades indígenas do Equador, que realize a integração o quanto antes nas quatro esferas sociais fundamentais do ser humano: a econômica, política, cultural e militar. (Salgueiro, 2016)

De acordo com Salgueiro (2016), na reunião da Região Cone Sul do Grupo de Trabalho do FSP, ocorrida em Montevideu em 7 de dezembro de 2005, em sua Declaração destinada aos Presidentes e Chanceleres dos países do Mercosul e associados, ficou acordado, dentre outros aspectos, que “os povos da América Latina avançam hoje com firmeza na sua integração, fazendo finalmente reais esforços para alcançarmos nossa independência, a fim de atingir a união continental”.

No primeiro encontro da regional sul do FSP, realizado em Montevideo, nos dias 6 e 7 de dezembro de 2005, e na Reunião de Presidentes do Mercosul, que ocorre em

Montevideo, em 9 e 10 de dezembro, se consagram muitas iniciativas que são decisivas para nossa integração:

- A incorporação da Venezuela como membro pleno do Mercosul, o que significa que toda a costa atlântica da América do Sul se integra a um só bloco regional de mais de 250 milhões de habitantes;
- A criação do Parlamento Regional, que significa que a união econômica e comercial avança na integração política e institucional.

....

Os partidos políticos de esquerda e progressistas têm uma tarefa fundamental nesta nova etapa em que cidadãos e cidadãs de nossos países deverão dar sustento a um Mercosul que defenda e aprofunde a democracia e a vigência dos direitos humanos na região. O respeito à diversidade e ao desenvolvimento de políticas ativas contra a discriminação de todo tipo deverá ser base sustentável deste Mercosul cidadão. (Salgueiro, 2016)

Quer dizer, de um bloco de países sul-americanos reunidos em torno do objetivo único de fortalecer o intercâmbio comercial entre si, o Mercosul sofreu um desvio radical de sua origem, passando a atuar no plano político-ideológico como sucursal do FSP.

Ressalta-se que na redação inicial do Mercosul, quando da sua constituição, há uma cláusula que especifica que só podem participar do grupo países cujo regime seja democrático e, por esta razão, Cuba, que é inegavelmente uma ditadura, está impedida oficialmente de pertencer ao bloco.

Resta saber o que Cuba tem a oferecer como mercadoria para o Mercosul, bem como com qual dinheiro pagará as suas dívidas, pois é sabido no mundo inteiro que aquele País é um Estado falido.

4.7.3 União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)

A UNASUL foi oficialmente fundada em 23 de maio de 2008, na III Cúpula dos Chefes de Estado em Brasília. O documento foi oficialmente assinado pela Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Foi acordado que a sede da organização que seria em Quito, no Equador, o Parlamento Sul-americano em Cochabamba, na Bolívia, e a sede do Banco do Sul, em Caracas, na Venezuela. O Tratado de Criação entrou em vigor, de fato, em 11 de março de 2011, tornando-se uma entidade jurídica durante a Cúpula de Ministros dos Negócios Estrangeiros em “Mitad del Mundo”, Equador, onde foi colocada a pedra fundamental para a sede do Secretariado-Geral da União.

A intenção inicial era fazer da UNASUL algo como a União Europeia, com unificação de passaporte, parlamento e futuramente uma moeda comum.

O primeiro Secretário-Geral da UNASUL foi o ex-presidente equatoriano Rodrigo Borja, mas ele renunciou alguns dias antes do encontro em Brasília, em maio de 2008. Foi então eleito Néstor Kirchner, da Argentina, em 4 de maio de 2010, que não cumpriu todo o seu mandato de dois anos, pois faleceu em 27 de outubro desse mesmo ano.

Em 9 de maio de 2011, foi nomeada Secretária-Geral da UNASUL a Sra. María Emma Mejía, da Colômbia, que foi Ministra da Educação e de Relações exteriores, pertencente ao partido pró-FARC e membro do FSP. Presidiu o secretariado até 11 de junho de 2012, quando assumiu o terrorista venezuelano e amigo íntimo dos chefões das FARC, Alí Rodríguez Araque, permanecendo até 31 de julho de 2014. (SALGUEIRO, 2016)

As presidências acima evidenciam as ligações da UNASUL com grupos terroristas e, conseqüentemente, com países membros atuantes do FSP. Atualmente, dentro desse mesmo enfoque, de acordo com Salgueiro (2016), “a Secretaria-Geral da entidade está nas mãos do colombiano e ex-presidente Ernesto Samper, que é conhecido na Colômbia por ter tido sua campanha eleitoral financiada pelo poderoso narcotraficante Pablo Escobar e por isso é impedido pelo Governo dos Estados Unidos de pisar em solo norte-americano”.

A UNASUL é estruturada através de conselhos: Conselho de Economia e Finanças, Conselho de Defesa Sul-Americano, Conselho de Saúde Sul-Americano e Conselho Eleitoral.

No Estatuto do Conselho Eleitoral, quanto aos Princípios, lê-se:

Art 2º - O Conselho Eleitoral da UNASUL se regerá pelos princípios reitores do Tratado Constitutivo da UNASUL, de irrestrito respeito à soberania, autodeterminação dos povos, solidariedade, cooperação, paz, democracia, participação cidadã, transparência, pluralismo, respeito aos direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes, e pelos princípios que inspiram o Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre compromisso com a Democracia.

E nos Objetivos Específicos:

1. Promover o intercâmbio e a transferência de conhecimentos, experiências e assistência técnica dos organismos, autoridades e técnicos eleitorais.
2. Propiciar a **criação, uso e aplicação de tecnologias** não dependentes para o desenvolvimento **dos sistemas eleitorais em matéria de inovação e modernização tecnológica**, assim como boas práticas de sistemas nos processos eleitorais.

No mesmo ano em que a UNASUL redigiu os Estatutos do Conselho Eleitoral (2012), cujos objetivos específicos encontram-se destacados acima, o governo brasileiro, através do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assinou um contrato com a

empresa estrangeira Smartmatic de urnas eletrônicas, sem realizar o devido processo licitatório, mediante o custo de 03 (três) bilhões de reais para adquirir cerca de 250.000 urnas. Esses equipamentos foram implantados por Hugo Chávez na Venezuela desde 2004. (SALGUEIRO, 2106)

A Smartmatic realizou todas as eleições na Venezuela a partir de 2004. Essas votações sempre estiveram sob suspeita. Em algumas delas, o governo de Hugo Chávez cruzava a lista daqueles que iam votar com a de funcionários públicos e os ameaçava com demissão. Em outros momentos, os militantes chavistas afirmavam que eram capazes violar o sigilo do voto e, portanto, poderiam verificar se o cidadão havia votado ou não contra a revolução.

Era uma mentira, mas que por ignorância ou medo, a maioria dos venezuelanos preferia não pagar para ver. De acordo com Salgueiro (2016), “nunca se confirmou a manipulação dos votos dentro do sistema, mas ficou evidenciado que o chavismo se instrumentalizava dele para pressionar a população em um país onde o voto não é obrigatório”.

Apesar da empresa garantir absoluta segurança no sistema informático da máquina, elas não são auditáveis. Conforme Salgueiro (2016), “permitiu Chávez fraudar eleições durante todo o tempo que governou a Venezuela, assim como Maduro continua fazendo”. Como elas exigem a verificação biométrica do eleitor, na Venezuela ficaram conhecidas como “*máquinas capta huella*” – literalmente caça digital.

Segundo informa o site, entre os serviços prestados no contrato estão incluídos “o teste das urnas eletrônicas, limpeza, remoção dos selos, testes funcionais, triagem para manutenção corretiva e preparação para o armazenamento, entrada de dados, instalação e atualização de software, juntamente com outras tarefas”. A Smartmatic também é responsável por receber e transmitir os relatórios de mídia do sistema de votação.

Como as urnas não são auditáveis, quer dizer, depois de transmitido os dados gravados durante o processo de votação, nada mais fica armazenado, não ficando nem voto impresso para ser auditado.

O Governo brasileiro tem renovado o contrato com a Smartmatic até os dias de hoje. Destaca-se que o TSE realizou a apuração das últimas eleições presidenciais (2014) numa sala fechada, com apenas 23 funcionários do TSE escolhidos a dedo, contrariando o que diz a Lei nº 10.408, de 2002, que é uma alteração da lei anterior de 1997, em seu Art. 66 e primeiro parágrafo deste artigo:

Art. 66. Os partidos e coligações poderão fiscalizar todas as fases do processo de votação e apuração das eleições e o processamento eletrônico da totalização dos resultados.

§ 1º Todos os programas de computador de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvidos por si ou sob encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas para processo de votação e apuração, serão apresentados para análise dos partidos e coligações, na forma de programas-fonte e programas-executáveis, inclusive os sistemas aplicativo e de segurança e as bibliotecas especiais, sendo que as **chaves eletrônicas privadas e senhas eletrônicas de acesso se manterão no sigilo da Justiça Eleitoral.**

E ainda o Art. 87 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997:

Art. 87. Na apuração, será garantido aos fiscais e delegados dos partidos e coligações o direito de observar diretamente, a distância não superior a um metro da mesa, a abertura da urna, a abertura e a contagem das cédulas e o preenchimento do boletim.

Naquele tempo se utilizava o voto impresso, mas tanto nesta Lei de 1997 – que permanece em vigor, sofrendo alteração apenas em alguns artigos por causa das urnas eletrônicas – quanto na mais recente, de 2002, era permitido aos partidos políticos o direito à participação na apuração dos votos de modo que o resultado fosse transparente, uma vez que havia observadores de partidos de todas as tendências e ideologias.

Do modo como foi realizada a apuração nas eleições de 2014 para a Presidência da República, a portas fechadas e sem a presença de observadores dos diversos partidos, não se pode aceitar o resultado apresentado como válido e legítimo, bem como afirmar que o informado à Nação é o resultado real, a vontade da maioria do povo brasileiro.

Apuração a portas fechadas sem a presença de observadores dos partidos, foi a primeira e maior fraude da eleição presidencial de 2014. Ressalta-se que, no Brasil o TSE é o único ente público que normatiza, executa e fiscaliza todo processo eleitoral brasileiro.

Foi Chávez que inventou esse método de fraudes, de urnas eletrônicas e apuração sem a presença de observadores diversos e a portas fechadas. No seminário internacional “Democracia Liberal – Democracia, Liberdade e Império das Leis”, promovido pelo Mídia Sem Máscara e coordenado por Heitor de Paola, entre os dias 15 e 16 de maio de 2006 em São Paulo, Alejandro Peña Esclusa explica como Chávez encontrou a forma de se perpetuar no poder, usando a democracia para destruí-la através do voto, um instrumento da própria democracia. (SALGUEIRO, 2016)

O método foi aprovado pelo FSP e copiado aqui no Brasil com êxito, apesar dos reclamos populares que não deram em nada, uma vez que o então Ministro Presidente do TSE, Dias Tófilo, que é egresso do próprio PT, foi quem decidiu pelo sigilo da apuração e, evidentemente, não aceitou as denúncias.

4.7.4 Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC)

A CELAC engloba 33 países das Américas e Caribe, menos Estados Unidos e Canadá. É uma remanescente do “Grupo do Rio” e foi criada em 23 de fevereiro de 2010, embora só tenha tido sua primeira reunião de cúpula entre os dias 1 e 4 de dezembro de 2011 em Caracas/Venezuela. A primeira cúpula, entretanto, só veio a ocorrer, entre os dias 26 a 28 de janeiro de 2013, no Chile.

De acordo com Salgueiro (2016), “no XVI Encontro do FSP, realizado em Buenos Aires, Argentina, de 17 a 20 de agosto de 2010, foi afirmado em entendimento que a CELAC é o escalão superior da dinâmica de integração do FSP”.

É uma espécie de OEA sem os EUA e Canadá. Na primeira cúpula, o Presidente do Chile, Sebastian Piñera, passou a presidência para o ditador hereditário cubano, Raul Castro, que foi recebido com honras de Chefe de Estado e eleito para o cargo por unanimidade.

Sobre a eleição de Raul Castro, Salgueiro (2016) faz as seguintes observações:

Quer dizer que 33 países livres e democráticos acordam deixar nas mãos de um sanguinário ditador, responsável junto com seu irmão Fidel pelo assassinato de mais de 100 mil pessoas inocentes, o destino de seus países, sem levar em conta o sofrimento do povo cubano, escravizado há mais de 54 anos. Causou revolta e estranheza nos cubanos e venezuelanos exilados, que Piñera, que é de direita e foi eleito democraticamente, tenha concordado que Raul Castro assumira a direção do organismo, esquecendo que os Castros são responsáveis pelo assassinato de um senador chileno e pelo apoio logístico e ideológico da ditadura de Allende na década de 70.

Mais revolta causou ainda que Raul Castro tenha acusado opositores venezuelanos de fomentar “uma campanha de descrédito contra o Governo da Venezuela por parte do império e da oligarquia golpista”.

Contudo, com que direito um ditador cubano, que nunca foi eleito por ninguém, que se apossou literalmente do país, que desrespeita absolutamente todos os direitos individuais e comanda uma ditadura sangrenta, possa se referir aos venezuelanos, que buscam apenas o respeito a sua Constituição.

Em seu discurso de posse, Raul Castro, além de fazer críticas indevidas à oposição venezuelana, declarou seu apoio às punições sofridas pelo Paraguai pela

destituição do então presidente Fernando Lugo e falou na possibilidade de reativar a pena de morte em Cuba.

De acordo com Salgueiro (2016), as palavras do ditador cubano foram que “nossa lei que permite a pena de morte está suspensa, mas está aí, de reserva. Uma vez a suspendemos e a única coisa que fizemos com isso foi estimular as agressões e as sabotagens com meu país ao longo destes 50 anos”.

É inadmissível que mandatários de países democráticos, sobretudo o Chile que é considerado um dos países mais democráticos do mundo, aceite, aplauda e avalize isto da família que há mais de 56 anos transformou Cuba numa ditadura sangrenta e golpista.

De acordo com Salgueiro (2016), no Estatuto da CELAC diz que: “busca aprofundar a integração política, social e cultural da América Latina e do Caribe, baseado no pleno respeito pela democracia e direitos humanos”.

Contudo, o que Cuba entende por democracia e que direitos humanos são respeitados, uma vez que, uma semana antes de ocorrer o encontro da CELAC, a polícia começou a advertir e perseguir a dissidência, recolheu das ruas mendigos e as prostitutas, desconectou os celulares, redobrou a vigilância dos domicílios e prendeu alguns dissidentes. 72 horas antes do evento começar, já haviam 250 dissidentes detidos, alguns dos quais se desconhece o paradeiro.

5. AS INFLUÊNCIAS DO FSP NA ECONOMIA E NO CAMPO MILITAR DO BRASIL

5.1 AS INFLUÊNCIAS NA ECONOMIA

Em maio de 2006, Evo Morales estatizou duas refinarias da Petrobras na Bolívia, depois de ocupadas e tomadas pelo exército boliviano. O governo brasileiro respondeu com um afago e, dois anos depois, Lula anunciava um empréstimo de US\$ 332 milhões a Morales, para a construção de uma rodovia.

Em 2011, Dilma Rousseff anunciou mudanças no Tratado de Itaipu, atendendo a um pedido de Fernando Lugo, presidente do Paraguai e membro do FSP. De acordo com Salgueiro (2016), “a senadora Gleisi Hoffmann, do PT, foi a relatora da matéria no Senado e defendeu a aprovação das alterações, que fizeram triplicar a taxa anual paga pelo Brasil ao Paraguai pela energia não usada da Usina de Itaipu, saltando de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões”.

Dilma financiou 80% da construção do porto de Mariel com dinheiro do BNDES. Conforme Salgueiro (2016), “segundo palavras da Ex-Presidente, 802 milhões de dólares na primeira etapa (construção) e 290 milhões de dólares na segunda etapa (recuperação de rodovias e ferrovias de acesso)”.

Enquanto isso, as rodovias federais brasileiras continuam fazendo vítimas fatais todos os dias, por falta de sinalização e buracos nos asfaltos. Nos hospitais públicos, pacientes são atendidos no chão dos corredores, por falta de leitos disponíveis, e muitos pacientes morrem por não terem exames e tratamentos em tempo de salvar-lhes a vida.

Somente Cuba, do Brasil de Lula e Dilma, sugou, por intermédio do BNDES, o financiamento da reforma do Porto de Mariel e do Aeroporto de Martí, a compra milionária de vacinas inócuas e vencidas, os bilionários contratos dos espões disfarçados de “médicos”. (SALGUEIRO, 2016)

A decisão do governo federal de trazer médicos cubanos ao Brasil é apenas uma manobra do FSP para financiar a indústria de “missões humanitárias” de Havana. Segundo Salgueiro (2016), “mais de 20 países recebem serviços médicos de Cuba. Os países-clientes pagam pelo serviço ao governo cubano, que repassa apenas uma pequena parte do dinheiro aos médicos”.

Raúl Castro arrecadou nada menos que US\$ 6 bilhões anuais com o envio de médicos ao exterior. Calcula-se que o Brasil tenha enviado centenas de milhões de dólares aos cofres cubanos com a importação dos médicos.

Cabe ressaltar que, quando os médicos cubanos começaram a chegar ao Brasil, Cuba passava por uma forte epidemia de cólera e dengue que já vinha de vários anos,

mas isso foi criminosamente omitido da sociedade brasileira. O dinheiro que poderia ser investido no sistema público de saúde brasileiro foi financiar uma ditadura comunista.

Em 2014, a CELAC realizou sua II Cúpula em Havana, Cuba, uma vez que a presidência “*por tempore*” fora dada ao ditador Raúl Castro. Para o evento, foi construído um mega complexo chamado Pabexpo, composto por um centro expositivo e de convenções, com amplo auditório e luxuosa sala de imprensa. Segundo Salgueiro (2016), “tudo construído com recursos do BNDES”.

Ainda de acordo com Salgueiro (2016), no discurso de Dilma da CELAC, pode destacar o seguinte: “O Brasil acredita e aposta no potencial humano e econômico de Cuba. O Brasil quer tornar-se parceiro econômico de primeira ordem para Cuba (...) parceria bilateral de comércio em equipamentos de saúde, medicamentos e vacinas, nos quais a tecnologia de ponta é dominada por Cuba”.

Dispensam-se comentários, uma vez que todo mundo sabe que Cuba é um fracasso tecnológico e não tem nada a exportar, além de sua ideologia assassina e seus espões que já se encontram aqui na forma de “médicos”. (SALGUEIRO, 2016)

Com tudo, conforme vem sendo denunciado na Operação Lava Jato, o Brasil e o mundo conheceram uma empreiteira bastante generosa que iria cumprir à risca o vaticínio de Lenin: a Odebrecht. Conforme Salgueiro (2016), “fundada em 1944 por Norberto Odebrecht e dirigida por seu neto Marcelo até 2015, esta rica empresa, que tem escritórios espalhados pelo mundo, acreditou que, oferecendo polpudas propinas, iria encher suas arcas sem qualquer tipo de consequência”.

Hoje sabe-se que o senhor Emílio, pai de Marcelo, era amigo íntimo de Lula da Silva e que – supõe-se - fizeram um acordo onde todos se dariam bem: a Odebrecht “financiava” campanhas políticas e ganhava contratos que valiam 4, 5 ou até 10 vezes mais do que suas doações. (SALGUEIRO, 2016)

Segundo Salgueiro (2016), supõe-se que mais de 12 países apontados nesse esquema de Corrupção, com exceção dos Estados Unidos, todos pertencem ao FSP:

No Brasil, de 2003 a 2016, a Odebrecht doou US\$ 788 milhões ao PT e partidos coligados que, aos poucos, vão sendo denunciados. A Venezuela recebeu US\$ 98 milhões, em troca de construções superfaturadas e muitas delas inconclusas até hoje. O Equador recebeu, entre 2007 e 2016, US\$ 33 milhões. A Argentina ganhou mais de US\$ 35 milhões. No Peru, entre 2005 e 2014, a Odebrecht pagou US\$ 29 milhões para obter contrato de obras públicas, envolvendo os governos de membros do FSP. Na República Dominicana, o suborno alcançou a cifra de US\$ 92 milhões. Na Guatemala, a propina foi de US\$ 18 milhões. Em 2009, na campanha presidencial de Mauricio Funes, do FMLN de El Salvador, membro fundador do FSP, a Odebrecht pagou a João Santana uma incalculável soma sob a mediação do PT.

Ainda de acordo com Salgueiro (2016), supõe-se que Cuba tenha sido a maior beneficiada, “cuja cifra é desconhecida porque, por decreto, dona Dilma estabeleceu que o dinheiro gasto em obras faraônicas realizadas pela Odebrecht fosse classificado como segredo de Estado”.

5.2 INFLUÊNCIAS NO CAMPO MILITAR

5.2.1 Criação do Conselho Sul-Americano de Defesa

O site do Itamaraty afirma que a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa ocorreu em 15 de dezembro de 2008, tendo em sua composição os ministros da Defesa da Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Uruguai, Paraguai, Suriname e Venezuela, com o objetivo de “elaborar políticas de defesa conjunta, promoção do intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, realização de exercícios militares conjuntos, etc”.

Segundo Salgueiro (2016), “no XVI Encontro do FSP, ocorrido em Buenos Aires, Argentina, de 17 a 20 de agosto de 2010, foi especialmente saudado o surgimento do Conselho Sul-Americano de Defesa”.

5.2.2 Conselho Sul-Americano de Defesa: a serviço de quem?

Em 14 de abril de 2008, o então Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, esteve na Venezuela reunindo-se com o Presidente Hugo Chávez para tratar da proposta do Conselho Sul-Americano de Defesa, numa reunião que realizou-se a portas fechadas.

Conforme Salgueiro (2016), “Jobim negou que houvesse uma carreira armamentista na América do Sul, mas ressaltou a importância de que os países-membros adquiram armas, porque a projeção de poder na América do Sul é dissuasiva ante eventuais inimigos”.

Lá, Jobim teria dito que a iniciativa da proposta partiu de Lula, depois de a Colômbia ter atacado uma base das FARC no Equador e que Chávez mostrou-se muito receptivo, demonstrando um interesse muito forte neste projeto. Em notícia no site do PT, dizia-se que:

... terá o papel de elaborar políticas de defesa conjunta, intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, realização de exercícios militares conjuntos, participação em operações de paz das Nações Unidas, troca de análises sobre os cenários mundiais de defesa e integração de bases industriais de material bélico. (SALGUEIRO, 2016)

A história, entretanto, não era bem essa. De acordo com Salgueiro (2016), “ela remontava, pelo menos, ao ano de 2001, quando Chávez enviou seu então ministro da Defesa, General Hurtado Sucre, à Brasília, que apresentou ao presidente Fernando Henrique Cardoso a proposta de integração militar latino-americana”. De uma forma geral, o então Presidente do Brasil gostou da ideia, mas já estava quase de saída e o projeto não avançou.

Em dezembro de 2004, o marxista germano-mexicano Heinz Dieterich escreveu um artigo intitulado “A Doutrina Militar e o Bloco Regional do Poder”, onde faz uma análise da situação das Forças Armadas na América Latina e Caribe e afirma que os dois estrategistas militares mais importantes do continente latino-americano são Fidel Castro e Manuel Marulanda “Tirofijo”, comandante das FARC. Segundo Zamboni (2008), “Dieterich afirma que Cuba oferece um paradigma militar para o futuro Bloco Regional de Poder Militar Latino-Americano (BRPM) que então começa a se delinear”.

E no artigo intitulado “Brasil, Argentina e Venezuela constituem um Bloco Regional de Poder Militar”, escrito em 28 de fevereiro de 2006, Heinz Dieterich não esconde sua alegria pela decisão de Lula em encabeçar a formação do BRPM. De acordo com Salgueiro (2016), “Dieterich diz que o Conselho Sul-Americano de Defesa será o órgão dirigente do BRPM”.

Entre os dias 27 e 29 de outubro de 2006, aconteceu em Sucre, na Bolívia, o encontro fundacional do BRPM, organizado por Dieterich e patrocinado pelo governo bolivariano de Evo Morales, e que estabelecia quatro elementos para garantir o avanço do processo revolucionário regional. O quarto desses elementos diz:

Organização de um plano militar de caráter defensivo integrado regionalmente para enfrentar a eventual agressão e intervenção militar direta do imperialismo e que deverá estar baseado na concepção da guerra de todo o povo. Esse organismo seria denominado Bloco Regional de Poder Militar (BRPM). (SALGUEIRO, 2016)

Pode-se deduzir que o Conselho Sul-Americano de Defesa, criado por Lula e Jobim, ratificaria o BRPM, mas este não serviria para fortalecer o papel das Forças Armadas brasileira na defesa da soberania e do território do Brasil, mas para formar, junto com os outros países do continente, uma força conjunta preparada para agir contra a “invasão do império”.

Dieterich alegava que o “império” estava perdendo sua hegemonia financeira, econômica e política, por isso recorre aos métodos de dominação pela força militar. Nesse sentido, Salgueiro (2016) afirma que, segundo Dieterich, “esta é a mais profunda

razão histórica e legitimação da constituição do BRPM e seu Conselho Sul-Americano de Defesa na Pátria Grande”.

Com isso, não é delírio supor que, quando houve o ataque militar colombiano ao acampamento das FARC, em 1º de março de 2006, se este Conselho já existisse, o Brasil teria, junto com os outros países do Bloco, se voltado contra a Colômbia, desencadeando talvez uma guerra desnecessária e insana de proporções inimagináveis.

Pedro Echeverría alegra-se, com a criação deste Conselho, conforme pode-se verificar nos seguintes trechos do artigo:

Por isso me deu uma enorme alegria ler o interessante artigo de Heinz Dieterich na Revista Rebelión. No artigo ele detalha a formação do Bloco Regional de Poder Militar (BRPM) latino-americano encabeçado pelo presidente brasileiro, Inácio Lula da Silva.

.... Na América Latina e no mundo não deveria haver exércitos; porém, ante a ameaça e as permanentes invasões ianques não se pode viver sem um organismo armado internacional de defesa, organizado por governos anti-imperialista.

.... O Exército será nacionalista, anti-imperialista, defenderá os interesses dos povos da América Latina frente ao império ianque ou outro grande país. (SALGUEIRO, 2016)

Contudo, o Brasil possui um Conselho de Defesa Nacional, criado em 11 de abril de 1991, pela Lei Nr 8.183, que cumpre perfeitamente o seu papel de defender a soberania e o território brasileiro, claramente explicitados nos Art. 5º deste ordenamento jurídico:

Art. 5º - O exercício da Competência do Conselho de Defesa Nacional pautar-se-á no conhecimento das situações nacional e internacional, com vistas ao planejamento e à condução política e estratégica para a defesa nacional.

Parágrafo único – As manifestações do Conselho de Defesa Nacional serão fundamentadas no estudo e no acompanhamento dos assuntos de interesse da independência nacional e da defesa do estado democrático, em especial aos que se refere:

I – à segurança da fronteira terrestre, do mar territorial, do espaço aéreo e de outras áreas indispensáveis do território nacional;

II – quanto à ocupação e à integração das áreas de faixa de fronteira;

III – quanto à exploração dos recursos naturais de qualquer tipo e ao controle dos materiais de atividades consideradas do interesse da defesa nacional.

Se o interesse real é defender o país de possíveis agressões, porque a necessidade de criar outro Conselho de Defesa? O que seria feito com o já existente?

Como pode ser visto, os objetivos deste Conselho Sul-Americano iam além das fronteiras territoriais. Um documento do XIV Encontro do Foro de São Paulo, que realizou-se entre os dias 22 e 25 de maio de 2008, em Montevideu, Uruguai, reafirma a necessidade desta integração, conforme se segue:

A maioria dos Governos de esquerda e progressista tem entre seus delineamentos e Programas de ação a Integração Regional e Continental como objetivo fundamental... (...) para avançar na coordenação e execução dos

projetos integracionistas e a conformação de Blocos Regionais. (SALGUEIRO, 2016)

E para corroborar que a ideia desse Conselho é mais antiga do que se afirma e que a sua criação partiu de Lula, ou seja, do FSP, pode-se citar os seguintes trechos do artigo de Heinz Dieterich:

Brasil, Argentina e Venezuela constituem um Bloco Regional de Poder Militar – Heinz Dieterich.

Em uma importante decisão contra a Doutrina Monroe, o Presidente Brasileiro Inácio Lula da Silva decidiu encabeçar a formação do Bloco Regional de Poder Militar (BRPM) latino-americano. Em 10 de julho de 2007, ele havia anunciado a autorização dos fundos para concluir o primeiro submarino de propulsão nuclear da Marinha do Brasil.

(...) Não menos importante é a constituição de um Conselho Sul-Americano de Defesa em outubro de 2008, que será o órgão reitor do BRPM.

(...) Hoje, finalmente, amadureceram as condições objetivas políticas que permitem realizar a constituição do BRPM em 2008, em uma tardia consumação dos sonhos integracionistas dos libertadores da Pátria Grande. Esta é a mais profunda razão histórica e legitimação do BRPM e seu Conselho Sul-Americano de Defesa na Pátria Grande. (SALGUEIRO, 2016)

De acordo com Salgueiro (2016), “no ano de 2010, o site chavista ‘*Taringa*’ publicou uma matéria onde aponta os números dos soldados de cada país, conforme se segue: 18.600 soldados do Brasil, 15.300 da Venezuela, 13.000 da Argentina, 8.250 da Bolívia e 5.000 do Equador”.

Ressalta-se que, em 30 de agosto de 2013, durante a VII Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado da UNASUL, foi escrita a “Declaração de Paramaribo”, onde destacava-se o trabalho do Conselho de Defesa Sul-Americano e a iniciativa da criação de uma Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), concebida como um centro de altos estudos e de articulação de redes entre as iniciativas nacionais dos Estados-membros, para a “formação e capacitação de civis e militares em matéria de defesa e segurança regional, do nível político-estratégico”. (SALGUEIRO, 2016)

Contudo, ficam as seguintes dúvidas: Quem esse Conselho de Defesa iria defender? Contra que lutariam? Que tipos de eventos necessitariam de um exército desse porte?

Ninguém sabe ao certo, pois os motivos são tão difusos quanto os da constituição cubana, que manda prender quem desestabilizar a ordem pública sem especificar o que significa desordem. (SALGUEIRO, 2016)

O que assombra verdadeiramente é o contingente de cada país e, sobretudo, a afronta de se criar um exército paralelo, ou seja, milícia, sem consultar o Congresso Nacional e informar a população brasileira.

6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise elucidada do FSP, buscou-se identificar o processo de criação desta entidade, bem como as suas articulações com o PT do Brasil e com grupos terroristas; além do que foram sinalizadas as suas influências nas expressões política, econômica e militar brasileiras, durante os governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), considerando suas particularidades, com as propostas contidas nas resoluções do FSP.

Criado em 1990, com objetivo bem definido, o de apoio mútuo para a conquista do poder nos países latino-americanos, o FSP jamais recebeu da imprensa o devido destaque que uma organização tão ampla merecia, especialmente porque dois de seus fundadores, Fidel Castro e Luís Inácio Lula da Silva, sempre gozaram de grande prestígio na mídia.

Sagaz e astuto, Fidel escolheu Lula não por seus conhecimentos, mas por perceber sua capacidade de aglutinar e lidar com as massas tão necessárias e manipuláveis para dar robustez aos seus planos.

No começo, o FSP era uma espécie de frente política destinada a propor “ações comuns”. Todavia, no decorrer do tempo, o Partido Comunista Cubano, de forma gradual, lenta e segura, foi dirigindo sua transformação sistemática em uma estrutura de comando centralizada, de cuja direção passaram a fazer parte os principais grupos terroristas da América Latina.

O PT foi o criador do FSP. Por intermédio deste, muitos outros países-membros chegaram também ao poder, alguns permanecendo até hoje. As posições políticas dos partidos componentes do FSP variam dentro de um largo espectro, que inclui partidos socialdemocratas; extrema-esquerda; organizações comunitárias, sindicais e sociais; esquerda cristã, grupos étnicos e ambientalistas; organizações nacionalistas; e, na sua grande maioria, partidos comunistas.

Ao mesmo tempo, a ampla variedade da composição dos partidos políticos integrantes do Foro, somada as distinções gritantes entre os países partícipes, acabou por conferir um caráter muito mais idealizado do que efetivo das resoluções. Ainda que haja uma convergência em torno de temas gerais que podem-se caracterizar como progressistas, a realidade de cada país, com suas lutas políticas domésticas singulares acabaram por conferir um traço muito mais discursivo do que efetivo às decisões.

Em 2005, chegou-se a conclusão, portanto, de que o FSP existe, bem como de que, nos últimos 15 anos de suas atividades, foi ignorado pela mídia brasileira. Aqueles que davam conta de sua existência eram tachados de fascistas reacionários.

O FSP teve seu apogeu entre os anos de 2003 e 2010, quando elegeu 15 presidentes, modificou constituições, fez acordos e patrocinou ditaduras no Oriente Médio e África, além do que elevou a ditadura dos Castros a um patamar nunca antes imaginado.

Não há dúvidas de que o FSP é uma reunião da esquerda da América Latina em que congrega, também, movimentos sociais, grupos que combatem governos democráticos pela via armada, de grande poderio econômico como as FARC, e que sempre, em todos os seus encontros, exalta o modelo cubano e o ditador Fidel Castro como paradigmas.

Sendo assim, pode-se considerar que o FSP é uma força política organizada e coesa latino-americana. Fortalecendo velhos laços do internacionalismo socialista e tirando proveito de fatores sempre presentes na América Latina, inclusive na brasileira, como corrupção, indolência, incompetência e ignorância.

Ressalta-se que os participantes do FSP conseguiram um espaço como nunca antes havia sido experimentado pelas esquerdas latino-americanas. De uma forma geral, considerando a esfera regional latino-americana, politicamente o PT liderou a constituição de uma rede partidária regional simpática a seu projeto integracionista, cuja expressão institucional sempre foi o FSP. Sendo assim, é evidente que alguns traços da Política Externa dos governos de Lula e Dilma Rousseff, ao menos no discurso, se assemelham significativamente com as resoluções anuais do FSP.

Nesse sentido, a orientação quanto a pontos vitais da política externa brasileira foi decidida por Lula e Dilma não como Presidente da República em reunião com seu ministério, mas como participante e orientador de reuniões clandestinas com agentes políticos estrangeiros (foi uma ação política de companheiros, não uma ação política de um Estado com outro Estado, ou de um presidente com outro presidente). Acima de seus deveres de presidente, eles colocaram sua lealdade aos “companheiros”.

Analisando o posicionamento do PT nas reuniões do FSP, durante os governos Lula e Dilma, observa-se que, embora tenha ocorrido com uma agenda mais abrangente em questões de política externa, as suas linhas gerais convergiram com os posicionamentos apresentados pelo PT nas reuniões do FSP. Especialmente com a política voltada à América do Sul e a busca por alianças com países menos favorecidos no sistema internacional.

Além do que o Itamaraty não foi imune ao processo de polarização política, de modo que exonerações e nomeações também indicariam a partidarização em torno do “*staff*” do alto escalão do Itamaraty.

Politicamente, Lula e Dilma sempre procuraram passar a imagem de “moderados”, não porque os sejam, mas devido ao fato das instituições brasileiras serem muito mais sólidas do que as de muitos países da América Latina.

Porém, no âmbito internacional, eles sempre favoreceram os movimentos da esquerda radical. Com isso, o FSP foi a mais ineficaz manifestação de política externa que o Brasil já teve, pois a nação brasileira deixou de ter o protagonismo na América Latina, permitindo que Cuba, mediante a ditadura dos Castros, e a Venezuela, de Chaves e Maduro, a exercessem.

Diferentemente dos períodos anteriores em que a diplomacia nacional trabalhou para a manutenção da ordem institucional no país vizinho, no caso do afastamento de Lugo, do Paraguai, o Governo brasileiro preferiu apoiar um governante legalmente destituído de suas funções em decorrência de sua inaptidão política.

Com isso, o Brasil demonstrou uma grave violação ao princípio constitucional e tradicional da diplomacia brasileira a respeito da não intervenção nos assuntos internos de outros países. Tudo com a finalidade de permitir o ingresso da Venezuela, país integrante e considerado fundamental para os objetivos do FSP.

Nesse sentido, as especulações a respeito da solidariedade entre os governos de cunho progressistas emanadas pelo FSP tomam forma, uma vez que, diferentemente dos governos paraguaios anteriores, não só partidos da base de sustentação de Lugo fazem parte do Foro, como também as propostas políticas do afastado convergiam, estreitamente, em direção ao projeto do FSP.

A recusa em condenar as FARC, a defesa incondicional do governo de Hugo Chávez na Venezuela, o apoio às pantomimas de Evo Morales na Bolívia – mesmo e especialmente quando ele contraria interesses brasileiros – e de Rafael Correa no Equador, bem como as relações sempre especiais com a tirania cubana fizeram parte do alinhamento político dos governos de Lula e Dilma com o FSP.

Politicamente, o direito de reparação econômica ao anistiado político, fruto de análise da Comissão da Anistia, conforme Lei nº 10.559/02, é exemplo típico de influência de entendimento estabelecida no X Encontro do FSP, realizado em Havana, Cuba, de 04 a 07 de 2008.

Sendo assim, de acordo com números do Ministério da Justiça, desde que a Comissão de Anistia foi criada, em 2001, já foram autorizados mais de R\$ 2,5 bilhões em indenizações. Destaca-se que há ainda mais de 40 mil pedidos a serem analisados. Recursos financeiros que poderiam ser empregados na precária educação, saúde e segurança do Brasil.

O FSP, apesar de existir há mais de 28 anos, não possui um CNPJ para materializar suas resoluções exaradas nos encontros. Sendo assim, vem buscando valer-se de instituições politicamente formalizadas para exercer sua plena influência. Dessa forma, na América Latina, tem procurado exercer as suas decisões mediante atuação no Mercosul, FSM, na UNASUL e CELAC.

Economicamente, do Brasil de Lula e Dilma, a ditadura cubana dos Castros sugaram, através do BNDES, o financiamento da reforma do Porto de Mariel e do Aeroporto José Martí, a compra milionária de vacinas inócuas ou vencidas, os bilionários contratos dos pseudos médicos cubanos que vieram exportar sua “revolução”. Além do mega complexo chamado Pabexpo, composto por um centro expositivo e de convenções, com amplo auditório e luxuosa sala de imprensa, a fim de sediar, em 2014, a II Cúpula da CELAC em Havana.

Já a Bolívia, de Evo Morales, em 2006, estatizou duas refinarias da Petrobras na Bolívia, depois de ocupadas e tomadas pelo exército boliviano, sem nenhuma reação do Governo de Lula. Do contrário, o Brasil anunciou um empréstimo de US\$ 332 milhões a Morales, para a construção de uma rodovia.

O Paraguai, de Fernando Lugo, membro do FSP, por intermédio de mudanças no Tratado de Itaipu, e completa aquiescência da senadora Gleisi Hoffmann, do PT, relatora da matéria no Senado, conseguiu triplicar a taxa anual paga pelo Brasil aquele país, gerando prejuízo superior a US\$ 240 milhões por ano para os brasileiros.

Destaca-se que, atualmente, com as apurações da Operação Lava Jato, a empresa Odebrecht, em parceria com Lula, tenha feito acordo com diversos partidos políticos de da América Latina, integrantes do FSP, caracterizado por financiamentos de campanhas políticas, mediante o estabelecimento de contratos que valem 4, 5 ou até 10 vezes mais do que suas doações.

No campo militar, a principal influência do FSP foi a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, em dezembro de 2008, tendo em sua composição os ministros da Defesa da Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Uruguai, Paraguai, Suriname e Venezuela, com o objetivo de “elaborar políticas de defesa

conjunta, promoção do intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, realização de exercícios militares conjuntos, etc.". Esta instituição foi saudada no XVI Encontro do FSP, ocorrido em Buenos Aires, Argentina, de 17 a 20 de agosto de 2010.

Diante de um cenário interno cada vez mais polarizado e da fragilidade das esquerdas latino-americanas na atualidade, o destino e efetividade do FSP é cada vez mais criticado pela oposição política e, de forma mais branda, pela mídia. Sem dúvida, as próximas eleições, com uma suposta confirmação de substituição do PT no poder do Estado brasileiro, serão determinantes para a ampliação dos debates em torno das políticas externas latino-americanas e suas respectivas coalizões, no cenário regional.

Rio de Janeiro/RJ, 23 de outubro de 2018.

Marcos Gomes **Paulino** – Cel Inf

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Nunca antes na Diplomacia**: a política externa brasileira em tempos não convencionais. Curitiba: Appris, 2014.

_____. **A política internacional do Partido dos Trabalhadores**: da fundação à diplomacia do governo Lula. Revista de Sociologia e Política. p. 87-102. Curitiba, 2003.

_____. **Uma política externa engajada: a política externa de Lula da Silva**. Rev. Bras. Polít. Int. 47 (1): 162-184, 2004.

AZEVEDO, Reinaldo de. **Foro de São Paulo o Meu Artigo de Janeiro na Veja**. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/foro-de-sao-paulo-1-o-meu-artigo-de-janeiro-na-veja/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BARBOSA, R. **A Política Externa do Brasil para a América do Sul e o Ingresso da Venezuela no Mercosul**. Revista Interesse Nacional. Ano 01, ed 01, abr –jun, 2008.

BARREDA, M; CASTAFREDA, A. **La transición democrática y el sistema político-institucional**. Revista Paraguaya de Sociología. N. 119-120-121, p. 105-176, Enero - diciembre 2004.

BRASIL. Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991. **A Organização e o Funcionamento do Conselho de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 12 abr. 1991.

_____. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. **Lei das Eleições**. Brasília, DF, 01 out. 1997.

_____. Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002. **Normas para Ampliar a Segurança e a Fiscalização do Voto Eletrônico**. Brasília, DF, 10 jan. 2002.

_____. Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. **O Regime do Anistiado Político**. Brasília, DF, 13 nov. 2002.

BRASÍLIA-DF. MINISTÈRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (Org.). **A Criação do Conselho Sul-Americano de Defesa ocorreu em 15 de dezembro de 2008**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CARVALHO, Olavo de. **Cinco motivos para ser contra o Foro de São Paulo**. 2018. Disponível em: <<https://acidblacknerd.wordpress.com/2013/08/05/5-motivos-para-ser-contra-o-foro-de-sao-paulo-por-olavo-de-carvalho/>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

CARVALHO, Olavo de; MOURA, Felipe. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

DA SILVA, LUIS INÁCIO. **Discurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula-da-Silva na Reunião do Conselho de Cúpula do Mercosul**. Disponível em: /discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/02-07-2005-discurso-do-presidente-da-epublica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-do-conselho-de-cupula-do-Mercosul/>. Acesso em 23 mar 2018.

FIGUEIRA, A. **Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores**. Revista Brasileira de Política Internacional 53 (2): 5-22 (2010).

GARCIA, M. **Dez anos de política externa**. In: SADER, Emir (Orgs.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Bomtempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

_____. **Paraguai, Brasil e o MERCOSUL**. vol. 21 nº 3 Jan/ Fev. / Mar. 9-19, 2013.

LAFER, C. **Descaminhos do MERCOSUL – a suspensão da participação do Paraguai e a incorporação da Venezuela: uma avaliação crítica da posição brasileira**. Política Externa, vol 21 nº 3 Jan/ Fev / Mar. 19-27, 2013.

_____. **Diplomacia brasileira, novas variações críticas**. Disponível em: <<http://diplomatzando.blogspot.com/2010/06/criticas-politica-externa-brasileira.html>>. Acesso em 22 de mar. 2018.

LEWIS, P. **Paraguay under Stroessner**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980.

MESQUITA, L. **Itamaraty, partidos políticos e a política externa brasileira**. Dissertação de mestrado. Departamento de ciência Política da UNICAMP. 2013.

MOURA BRASIL, Felipe. **Conheça o Foro de São Paulo o Maior Inimigo do Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

NICKSON, A. **The general election in Paraguay, April, 2008**. Electoral Studies, n. 28, p. 141-173, Oct. 2009.

PAULA, Heitor de. **O Eixo do Mal Latino-americano e a Nova Ordem Mundial**. 2. ed. São Paulo: Observatório Latino, 2015.

PINHEIRO, Letícia. E Milani, Carlos R.S. **Política Externa Brasileira: as práticas da política e as políticas das práticas**. Rio de Janeiro. 2012. Editora FGV.

PIMENTA de Faria, Carlos Aurélio. **O Itamaraty e a Política Externa Brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários**. Contexto Internacional. Vol. 34, no 1, janeiro/junho 2012.

POMAR, W; REGALADO, R. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

POMAR, Valter. **Ensaio sobre o PT e a situação internacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

REGALADO, ROBERTO. **Encuentros y desencuentros de la Izquierda latino-americana – Uma mirada desde el Foro de São Paulo**. Editora Ocen Sur, 2008.

RUIVO, Mariana Maia et al. **O Foro de São Paulo e a Política Externa do Partido dos Trabalhadores: convergências ou divergências nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff**. Rebel: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, São Paulo, v. 6, n. 2, p.356-378, 2 maio 2016. Quadrimestral.

SALGUEIRO, Graça. **O Foro de São Paulo: A Mais Perigosa Organização Revolucionária das Américas**. São Paulo/SP: Pius, 2016. 260 p.

_____. **Fórum Social Mundial: as "redes", suas metas e estratégias**. 2003. Disponível em: <<http://www.cubdest.org/0306/gfsm03redp.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

SARAIVA, Mirian G. **A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalismo pragmático x autonomistas**. Revista Mural Internacional. UERJ.2010, Volume Nr 1.

SECRETARIA EJECUTIVA DEL FORO DE SÃO PAULO (Org.). **Miembros del Foro de São Paulo ordenados por países: Partidos Políticos Foro de São Paulo**. 2017. Disponível em: <<http://forodesaopaulo.org/partidos/>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

TOLEDO, Sara B. **A política externa brasileira e o sentido da liderança regional atribuído pelo governo lula**. Ensaio IEEI- UNESP.

_____. **A pauta da política externa brasileira para a América Latina no Foro de São Paulo durante os governos Lula (2003- 2010), e sua influência sobre os processos decisórios em política externa no Brasil**. Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, p.135-143, 2015.

_____. **Mudança política no Paraguai e as relações com o Brasil: o caso da renegociação do Tratado de Itaipu.** Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. PPGRI San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP) 2015.

ZAMBONI, Paulo Diniz (Org.). **Conspiração de Portas Abertas: Como o movimento revolucionário comunista ressurgiu na América Latina através do Foro de São Paulo.** São Paulo. É Realizações, 2008.

ZIBECHI, Raúl. **En el marco del foro: Crisis del sistema mundo capitalista, Hegemonía y Estado. ¿hacia una internacionalización de las luchas o del discurso?** 2012. 200 f. Tese (Doutorado) - Curso de Jornalismo, Universidade de Asunción, Asunción, 2014.